



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO

INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
UM ESTUDO DE CASO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO

Rio de Janeiro
2018

LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO

INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
UM ESTUDO DE CASO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à Escola de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Priscila Ribeiro Gomes

Rio de Janeiro
2018

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

P691 Pinto, Luíza Angélica Lisboa
Instituições Arquivísticas Nacionais e ações
educativas: Um estudo de caso Brasil, Colômbia e
México / Luíza Angélica Lisboa Pinto. -- Rio de
Janeiro, 2018.

77

Orientadora: Priscila Ribeiro Gomes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2018.

1. Instituições Arquivísticas Latino-Americanas.
2. Ações educativas. 3. Arquivo. I. Gomes, Priscila
Ribeiro, orient. II. Título.

LUÍZA ANGÉLICA LISBOA PINTO

INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS E AÇÕES EDUCATIVAS:
UM ESTUDO DE CASO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO

Trabalho de conclusão de cursos apresentado à Escola
de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção
do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Ribeiro Gomes

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Dr.^a Priscila Ribeiro Gomes
Orientadora

Dr. Eliezer Pires da Silva
Integrante da Banca Examinadora

Dr. Vitor Freire Corrêa
Integrante da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Em uma das tantas conversas que a UNIRIO me propiciou uma, em especial, me marcou significativamente. Escutei do Prof. Eliezer que a Arquivologia para ele foi um caso de amor correspondido e ele tinha a impressão que comigo havia ocorrido o mesmo. Venho refletindo sobre essa conversa há alguns anos e hoje consigo afirmar com o coração cheio de alegria que sim, encontrei na Arquivologia meu caminho. E essa jornada só foi possível porque tive apoio de todos.

Agradeço minha orientadora, Priscila Ribeiro Gomes, uma professora singular, por toda parceria, carinho e aprendizado nesses anos. Não poderia estar em melhores mãos.

A todos os professores que tanto me ensinaram e foram tão pacientes. Em especial Eliezer Pires, José Maria Jardim, Rosale de Mattos, João Marcus Assis e Flavio Leal, que constantemente me inspiravam, incentivaram e apoiaram nessa trajetória.

Aos meus colegas de sala de aula que dividiram suas experiências, dúvidas e aprendizados durante esses quatro anos. À Andressa Souza Santos, pela amizade e parceria desde o primeiro dia de aula, conte sempre comigo. E Veramiles Vieira a qual tenho total admiração e amizade.

No meu percurso profissional, a todos que tive a honra de conviver e aprender o fazer arquivístico. Agradeço especialmente a equipe do Arquivo do Museu da República, na figura de Gleise Cruz, que acreditou em meu trabalho, orientou e contribuiu para meu crescimento pessoal e profissional. Eu não sabia o que era ser Arquivista até te conhecer. Tenho muito orgulho de ter trabalhado com você.

Por fim, a base de tudo: minha mãe, meu pai (*in memoriam*), Érico, Anna Beatriz e Fernando. Foram quatro anos de muitas transformações e só consegui por tê-los ao meu lado sempre me apoiando, com muito amor e paciência. Amo vocês!

“Guardar não é impor”

(Machado de Assis)

RESUMO

PINTO, Luíza Angélica Lisboa. **Instituições Arquivísticas Nacionais e ações educativas: Um estudo de caso Brasil, Colômbia e México.** 2018. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

A Instituição Arquivística Nacional como hoje a conhecemos é um dos frutos da Revolução Francesa. Suas formas de atuação têm passado por transformações assim com o seu papel na sociedade. Nesse sentido retornar para sociedade o patrimônio histórico-cultural sob sua guarda torna-se uma obrigação. Mas como fazê-lo? Dentre as atividades possíveis, têm-se as ações educativas que objetivam uma aproximação entre o cidadão e o arquivo, uma vez que possibilitam o acesso e compreensão da importância do acervo ali presente, despertando um senso de pertencimento e identidade aos envolvidos. Logo, esse sentido de inclusão gera não só uma maior visibilidade da instituição, como desperta para um trabalho envolvendo questões de cidadania. A presente pesquisa visa então responder como as Instituições Arquivísticas Nacionais do Brasil, Colômbia e México contemplam as ações educativas em suas estruturas, políticas e práticas. A metodologia foi de cunho qualitativo e quantitativo, utilizando o método comparativo, onde foram utilizados *websites* oficiais das instituições, organogramas, regimento interno e legislação, bem como uma ampla pesquisa bibliográfica. Nesse sentido foi possível identificar ações educativas ainda embrionárias outras já consolidadas, a inexistência de políticas em algumas instituições, e as mais diversas práticas.

Palavras Chaves: Instituições Arquivísticas Latino-Americanas, Ações educativas, Arquivo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E AÇÕES EDUCATIVAS.....	14
3. AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS: BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO.....	23
3.1 ARQUIVO NACIONAL (AN) – BRASIL.....	27
3.2 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO (AGN)- COLÔMBIA.....	32
3.3 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN – MÉXICO	38
3.4 AS TRÊS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS.....	44
4. AÇÕES EDUCATIVAS E AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS DO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO.....	46
4.1 O ARQUIVO NACIONAL E AS AÇÕES EDUCATIVAS.....	47
4.2 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO E AS AÇÕES EDUCATIVAS.....	55
4.3 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN E AS AÇÕES EDUCATIVAS.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	72

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Organograma do Arquivo Nacional.....	29
FIGURA 2 - Organograma Archivo General de la Nación Jorge Palacios.....	35
FIGURA 3 - Organograma Archivo General de la Nación.....	41
FIGURA 4 - Website do Arquivo Nacional.....	48
FIGURA 5 - Visita dos alunos da rede pública de ensino ao AN.....	50
FIGURA 6 - Sessão do Projeto Arquivo Faz Escola.....	50
FIGURA 7 - Website das Exposições Virtuais do NA.....	52
FIGURA 8 - Exposição virtual - Jango : A nossa breve história.....	52
FIGURA 9 - Site Arquivo na História.....	53
FIGURA 10 - Site de Consulta ao Acervo do AN.....	54
FIGURA 11 - Galeria 360° - Visita Virtual no AGN.....	56
FIGURA 12 - Gravação do Programa de Rádio do AGN.....	59
FIGURA 13 - Site AGN para niños.....	59
FIGURA 14 - ARCHDOC – base de acesso ao acervo.....	60
FIGURA 15 - Tela Inicial do ArchiApp.....	61
FIGURA 16 - Projeto "Noches de Museos".....	63
FIGURA 17 - Galeria- Talleres Educativos.....	65
FIGURA 18 - Textos didáticos – Independência.....	65
FIGURA 19 - Guía General de los Fondos.....	66

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 - Orçamento Arquivo Nacional.....	30
GRÁFICO 2 - Orçamento AGN.....	36
GRÁFICO 3 - Orçamento do Archivo General de la Nación.....	42
TABELA 1 - Funções Arquivísticas e as Instituições Arquivísticas Nacionais.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGN – *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado*
AN – Arquivo Nacional
CF – Constituição Federal
CIDE – *Centro de Investigación y Docencia Económicas*
CMEB – Centro da Memória da Educação Brasileira
COACE – Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental
COADI – Coordenação de Atendimento a Distância
COCAC- Coordenação de Consultas ao Acervo
COGEP – Coordenação de Gestão de Pessoas
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
COPED – Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo
CORHU – Coordenação de Recursos Humanos
DAHC- *Dirección del Archivo Histórico Central*
DANE – Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DI – Departamento de Impresión
DP – Departamento de Publicaciones
DPD- *Dirección de Publicaciones y Difusión*
EDARQ – Equipe de Educação em Arquivos
EUA – Estados Unidos da América
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ICA – Conselho Internacional de Arquivos
INAI – *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales*
INEGI – *Instituto Nacional de Estadística y Geografía*
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISERJ – Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro
LAI – Lei de Acesso a Informação
MJ – Ministério da Justiça
NATIS – Sistemas Nacionais de Informação
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para Desenvolvimento
SIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
SNA – Sistema Nacional de Arquivos
SNT – Sistema Nacional e Transparência
SUBGPD – *Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental*
SUBSNA – *Subdirección del Sistema Nacional de Archivos*
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1. INTRODUÇÃO

Um dos frutos da Revolução Francesa, a Instituição Arquivística Nacional, como hoje a identificamos, teve sua criação pautada na guarda de documentos para uso de prova e na construção de uma identidade nacional. Essa instituição acaba por refletir as ações do seu Estado, pois não só realiza a gestão de documentos, como também a guarda de sua história administrativa/institucional, cabendo-lhe a gestão, preservação e o acesso. Conforme Schellenberg, para uma parcela da população o arquivo encontra-se desconhecido e ao entender a sua função são vistos, em sua maioria, como depósito de papel ou como colocado pelo autor “um exemplo de extravagâncias dos governos” (2006, p.25).

Com o advento das Tecnologias da Comunicação e Informação o fluxo informacional cresceu de forma exponencial e aos poucos percebe-se uma mudança nessa visão devido a um apelo crescente da sociedade quanto à transparência dos Estados, provocando o reconhecimento da relevância de preservação e manutenção desses acervos que passam a ser considerados como patrimônio histórico-cultural. Mas como fazer para que o patrimônio ali preservado retorne aos cidadãos? Nesta perspectiva, as ações educativas visam uma aproximação entre o cidadão e o Arquivo, uma vez que possibilitam o acesso e compreensão da importância do acervo, despertando um senso de pertencimento e identidade aos envolvidos. Logo, esse sentido de inclusão gera não só uma maior visibilidade da instituição, como desperta para um trabalho envolvendo questões de cidadania.

O interesse por este tema surgiu a partir da minha participação no projeto de extensão da professora Dra. Priscila Gomes intitulado “Ensinar e aprender nos/com arquivos (re)vendo as práticas pedagógicas”, vinculado ao curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e também da minha vivência na disciplina Seminário de Arquivística I – Governança Arquivística, parte da pesquisa “Governança Arquivística Contemporânea: trajetos e (re)configurações das políticas e sistemas públicos de Arquivos no Brasil sob novos cenários sociais e informacionais (1978-2018)” do professor Dr. José Maria Jardim, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO.

Na primeira experiência, no Instituto de Educação Superior do Rio de Janeiro (ISERJ), foi possível perceber a importância da manutenção, preservação e difusão do patrimônio ali existente, não só por ser uma instituição centenária e tradicional da educação brasileira, como também por conter o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB)

que reúne toda história do ISERJ, o qual é parte ativa da trajetória da educação nacional. O trabalho junto aos estudantes de Pedagogia do Instituto sobre o uso da educação patrimonial como prática pedagógica e os usos possíveis do CMEB trouxeram não só um despertar para uma nova oportunidade de atuação educativa, mas criaram um sentido de integração dos estudantes, levando-os a compreenderem a importância da sua preservação e acesso. Na segunda oportunidade tive a possibilidade de analisar e entender melhor a Instituição Arquivística, sua estrutura, institucionalização, relevância e seu papel como um dos atores da governança arquivística contemporânea. Atrelado a esses aprendizados, procurei unir minha primeira graduação, em Relações Internacionais, e meus cinco anos como gestora na área educacional. Dentro dessas perspectivas, o uso do arquivo como instrumento pedagógico nas práticas de ações educativas mostrou-se um caminho interessante a ser explorado e as instituições arquivísticas nacionais foram definidas como a base da pesquisa na tentativa de responder à seguinte questão: Como as instituições arquivísticas nacionais contemplam ações educativas em sua estrutura?

A pesquisa pretende, desta forma, unir as experiências vivenciadas, na tentativa de fazer uma análise das Instituições Arquivísticas Nacionais dos seguintes países: Brasil, México e Colômbia, de modo a apresentar o arquivo nacional de cada país, compreendendo sua estrutura e contexto de criação. Identificar se estes arquivos possuem ações educativas e reconhecer as convergências e divergências das ações educativas apresentadas pelas instituições, é um dos objetivos.

A proposta de fazer uma análise de três arquivos, Arquivo Nacional do Brasil, *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado*, da Colômbia e *Archivo General de la Nación* do México, traz consigo a possibilidade de conhecer outras instituições, perceber outras culturas e formas de fazer. Um estudo que abrange outras nacionalidades é sempre muito enriquecedor, ainda mais na Arquivologia, que tem a prática na sua essência. Identificar como os arquivos nacionais latino-americanos percebem a ação educativa frente às particularidades do contexto regional pode estimular o debate ainda incipiente.

Para conseguir responder à problemática proposta optei por uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e quantitativo. Verifiquei a existência ou não das ações educativas o que indica uma análise numérica e coube à pesquisa qualitativa auxiliar na compreensão das alternativas possíveis, pois, segundo Minayo, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (2004, p. 22).

O método comparativo foi um dos caminhos para o estudo. Na Arquivologia, tal metodologia ganha destaque na proposta de Ketelaar (1997), intitulado por ele de *Comparative Archival Science*, onde destaca “*Comparative archival science goes one step further in trying to explain or at least to discuss observed similarities and differences, including cultural differences.*” (p. 147). Para o autor, a análise deve levar em consideração as particularidades de cada estrutura, pois ela faz parte do contexto ao qual está inserida. Ele ainda destaca que, na Arquivologia, não há técnica melhor ou pior quando realizado o estudo comparativo, e sim técnicas diferentes, devendo-se procurar nas diferenças os elementos comuns tanto teóricos como práticos.

Segundo Durkheim (2007, p. 127), “o método comparativo é o único que convém à sociologia”. Para o autor, o método comparativo sai do contexto descritivo e tenta elucidar o fato. A atividade de comparação é natural do ser humano e, para Franco (2009), estudiosa da educação, a pesquisa comparada tem despertado interesse. Segundo a autora:

estaria nas problemáticas educativas comuns a vários países em decorrência da globalização econômica; na crise do Estado nação e na emergência de novos espaços de identidade cultural em plano local e em diversas regiões do mundo; e a internacionalização do mundo universitário e da pesquisa científica (p.138).

São essas convergências que enriquecem a compreensão e os critérios socioeconômicos e políticos devem estar presentes nos estudos das ciências sociais.

Jardim (2011b,p.202) destaca que “na Ciência da Informação e na Arquivologia o método comparativo não é um recurso frequente nas pesquisas. Assim, um dos objetivos desta investigação é também favorecer reflexões sobre a abordagem comparativa nesse campo do conhecimento”. Sendo assim, o primeiro capítulo é composto por uma conceituação dos seguintes pontos: instituições arquivísticas e suas funções; a difusão arquivística e suas diferenciações; e as ações educativas e a sua realização por Instituições Arquivísticas. No segundo capítulo é composto por uma análise política, econômica, estrutural e social das instituições arquivísticas, pois o contexto onde cada uma se encontra auxilia na compreensão do processo comparativo. O terceiro e último capítulo realiza um levantamento de cada Arquivo, com enfoque nas práticas de difusão, identificando assim quais são os setores responsáveis e se existem, se há ou não definição de políticas, e um reconhecimento de quais atividades podem ser consideradas educativas. Foram utilizados os *sites* oficiais das instituições, organogramas, regimento interno e legislação, bem como uma ampla pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, tentei não só entender as instituições arquivísticas nacionais, tema pouco estudado na área, mas perceber como estas instituições consideram as ações educativas,

proporcionando uma visão mais ampla das instituições arquivísticas, onde elas não sejam vistas somente como guardiãs e gestoras dos documentos, mas também como promotoras de cultura e cidadania.

2. INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E AÇÕES EDUCATIVAS

Na tentativa de elucidar a problemática da pesquisa faz-se importante compreender o que vem a ser a instituição arquivística, ações educativas e ações educativas em instituições arquivísticas, para tanto, destaco nesse capítulo as visões vigentes na tentativa de contribuir com o debate na área.

A história das instituições arquivísticas está intimamente ligada à história da Arquivologia. De acordo com Schellenberg, “os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Nos séculos V e IV a.C. os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no *Metreon*, junto à corte de justiça na praça pública de Atenas” (2006, p.25).

Na Revolução Francesa nasce um novo arquivo juntamente com o advento do Estado nacional. A instituição arquivística como conhecemos hoje é fruto desse modelo bastante difundido até meados do século XX e possui três aspectos bem marcantes, como mencionada por Fonseca

uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas; [...]o Estado reconhece sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado e aos documentos por ele produzidos; a proclamação e reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos[...] (2005, p.18).

Essa responsabilidade assumida pelo Estado reafirma a importância da salvaguarda do seu acervo, amplia sua área de atuação e concede o acesso à sociedade para que se tenha conhecimento das atividades exercidas pela administração pública, o pleno direito a comprovação da sua história e a construção da memória nacional exercendo assim seu papel de cidadão. Sendo assim, a instituição arquivística se afirma como a guardiã da documentação do Estado e na busca por promoção de direitos. Tal visão é concomitante com a ruptura paradigmática da Arquivologia, apontada por Fonseca, onde os motivos de preservação são migrados, de uma “justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos” (2005, p.60).

Com as demandas da II Guerra Mundial, também conhecido como “*boom* documental”, o fazer arquivístico ganha outro contorno. Nessa narrativa evolutiva a instituição arquivística foca na racionalização documental, criando a gestão de documentos que visa a eficiência, eficácia e economia no trabalho arquivístico. Com isso, os arquivos ganham uma nova função, a de serem responsáveis pela gestão de documentos, não apenas

pela guarda e conservação dos documentos, e passam a atuar em todo ciclo, da produção à eliminação ou guarda, auxiliando o Estado na sua administração (JARDIM, 2011a). A implementação da chamada “teoria das três idades” é resultado do trabalho executado pelos arquivos nacionais do Canadá e Estados Unidos da América (EUA) que se propagou e foi chancelado pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), como “princípios e técnicas a serem observados na constituição, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos” (CORTES, 1996, p.21).

Diante desse novo desafio de atuação identificar a definição do termo “instituição arquivística” ganha relevância e assim como Jardim (2011a) teve dificuldade de encontrar a definição, pois apesar de ser usual, o termo possui uma indefinição que não vai de encontro aos desafios atuais impostos para instituição. Segundo o autor, verifica-se a ausência do termo em alguns glossários e terminologias de Arquivologia e também uma predisposição de utilizar “arquivo público” como sinônimo. A própria conceituação de arquivo público no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.35) não revela a sua função, quando define “1) Arquivo de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país. 2) Arquivo integrante da administração pública”. Quando pesquisada a palavra “arquivo” no mesmo dicionário, dentre as quatro definições apresentadas, destaco a segunda “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ibid., p. 27). Revela-se nesse verbete uma visão custodiadora da instituição de tradição historicista.

Dentre as definições de arquivo apresentadas por Cortes destaco a concepção de arquivo como “a entidade administrativa responsável pela custódia, pelo processamento técnico e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição, o prédio ou uma de suas partes, onde são armazenados documentos” (1996, p.25) reforçando mais uma vez o papel de entidade custodiadora. A autora utiliza o termo “instituição arquivística” como sinônimo de arquivo, no entanto não o define.

Ao acessar o Dicionário de Terminologia Arquivística, do ICA (*online*), e procurar pelo verbete “instituição arquivística” localizei o uso do termo na explicação da definição do verbete “baixa de documentos”

[...] 2) processo pelo qual um arquivo remove formalmente documentos de sua custódia. Um arquivo pode dar baixa em documentos que foram reavaliados e julgados inadequados para seu acervo; ou cujos proprietários requisitaram o retorno permanente dos documentos; ou que o arquivo decidiu transferir para outra **instituição arquivística** (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2005, *online*, grifo nosso).

Nesse caso mais uma vez há o uso do termo como sinônimo de arquivo. Ao continuar a busca, no referido dicionário, o mais próximo do que identifiquei como instituição arquivística foi localizada no verbete “arquivo público” onde “arquivo de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (2005, online), porém suas funções não foram descritas.

Na busca por uma definição ressalto a citada por Jardim (1995, p.60), originária de uma publicação do Conselho Internacional de Arquivos, de 1988, onde conceitua “arquivos centrais/nacionais: instituições de arquivos responsáveis pelos arquivos de um governo nacional ou federal. Ditos arquivos nacionais ou gerais”. Ou seja, verifica-se que o arquivo nacional é a instituição de guarda responsável pelos documentos de um governo e suas funções continuam indefinidas.

Mas afinal o que é uma instituição arquivística? Levantar as possibilidades e usos dos termos, bem como o debate das funções que exercem essas instituições, é fundamental para compreender seu papel na sociedade. Ao analisar a evolução da instituição arquivística fica evidente que seu papel dentro do Estado vem passando por uma modificação, onde sai da função de guardião e amplia sua atuação como gestora informacional estatal. Como não há uma clareza sobre o termo, utilizarei a definição de Jardim, onde as “instituições arquivísticas públicas aquelas organizações cuja **atividade-fim** é a gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos produzidos por uma dada esfera governamental” (2011a, p. 1585, grifo nosso). Destaco o termo atividade-fim por considerar que este é justamente o fator determinante que diferencia instituição arquivística de serviços de arquivo. Neste caso, considerarei a esfera federal por tratar-se de um estudo de arquivos nacionais. Ressalto também que ao adotar uma visão de instituição arquivística pautada na gestão de documentos não excluo seu papel enquanto espaço de pesquisa, nem mesmo suas possibilidades de trabalho com o patrimônio histórico-cultural. Pelo contrário, é importante esclarecer que a instituição arquivística trabalha nas duas vertentes: a de gestora e a histórica.

Refletindo sobre a variedade de atividades que as Instituições Arquivísticas podem oferecer me deparo com a seguinte colocação de Bellotto: “a atividade educativa é inerente aos arquivos públicos, mas aflora circunstancialmente [...] O que falta é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística” (2006, p. 231-232). Para compreender melhor tal colocação da autora, faz-se necessário entender o que vem a ser a ação educativa.

As ações educativas estão presentes dentro do serviço de difusão de uma instituição arquivística, tal serviço visa reforçar o papel social do arquivo “dando - lhe projeção na

comunidade, trazendo-lhe a necessária **dimensão popular e cultural** que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (BELLOTTO, 2006, p.227, grifo nosso). Onde o serviço de difusão estaria dividido em três atividades básicas: serviços editoriais, difusão cultural e serviço educativo. Segundo Santos e Borges tais ações definem-se por:

- 1) serviços editoriais, que constituem as publicações em meio impresso ou digital, como guias, catálogos e inventários;
- 2) difusão cultural, serviço responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o fim de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras;
- 3) serviços educativos, que visam tornar o arquivo um espaço de extensão educativa, por meio de oficinas, visitas, cursos e atividades congêneres (2014, p.314 APUD BELLOTTO).

Ao tratar sobre serviços editoriais Bellotto afirma “pode-se dizer que um arquivo público respira por suas publicações” (2002, p.17). Nesse sentido, ela concebe as impressões como sendo a principal forma de comunicação entre o arquivo e a sociedade. Expandido as publicações para além dos instrumentos de pesquisa, sugere ações como: incentivo a publicação de monografias, revistas, boletins, entre outros. A autora chama atenção que a prática de publicar documentos não é nova, é do século XIX e bastante usual. Santos e Borges (2014, p.338) em sua pesquisa sobre os arquivos estaduais brasileiros e a difusão cultural identificaram que os serviços editoriais são os mais utilizados pelas instituições, corrobora a visão de Bellotto.

No que tange difusão cultural e ações educativas é importante salientar que “não existe uma linha que delimite exatamente qual serviço pode ser considerado ação cultural ou educativa. Isso ocorre porque ambos possuem objetivos convergentes: buscam a construção do conhecimento e o acesso à cultura por meio da informação” (SANTOS E BORGES, 2014, p.317). Sendo assim, uma ação cultural pode ser utilizada como ação educativa e vice-versa.

Na tentativa de compreender melhor o que vem a ser difusão cultural tem-se o conceito de Menezesque amplia o foco de atuação da ação em si, quando afirma

Difusão cultural: diz respeito ao desenvolvimento de atividades que utilizam a cultura como meio de comunicação, envolvendo projetos culturais que priorizam os eixos da literatura, dança, música, cinema, teatro, folclore, manifestações culturais e artísticas, por parte dos arquivos. Os investimentos nestas atividades tendem a ampliar a forma de se comunicar com o público alvo, oportunizando um incremento e manutenção dos valores culturais da sociedade (2012, p.53) .

Nessa perspectiva, a instituição arquivística ganha uma quantidade infinita de abordagens junto à sociedade, auxilia no processo de reconhecimento e de pertencimento do indivíduo. Ramirez ainda acrescenta que a difusão acontece “*con la finalidad de concienciar al ciudadano y a la sociedad en general, sobre la transcendental importancia que desarrollan los archivos, su utilidad y servicios que brindan en beneficio de la comunidade*” (2009,

p.188). Desta forma, fica claro que as atividades de difusão trabalham para chegar à sociedade, pois elas possuem “um caráter transformador da realidade social e pressupõe que os indivíduos sejam sujeitos ativos num processo sistemático de criação de novos bens culturais e conhecimentos” (CABRAL, 2012, p.41).

No esforço de identificar essa sutil diferença entre ação cultural e a educativa, Matozzi destaca que a ação educativa requer quatro condições, são elas:

a primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam (2008, p.137).

Ou seja, o trabalho com educação é antes de qualquer coisa uma atividade com fontes primárias que requer um planejamento prévio onde haja uma conexão do que está sendo abordado e a compreensão da complexidade do bem cultural ali presente. Já Bellotto apresenta a dimensão do trabalho com público escolar, essa via de mão dupla arquivo-escola, destacando a necessidade da instituição arquivística possuir um setor de educação na sua estrutura

não se limitando a realizar apenas atividades quase que de lazer, tais como as tradicionais visitas de estudantes a arquivos e museus, onde os documentos são mostrados como curiosidades, ainda que se lhes proporcione longas explicações sobre eles. Instituído o serviço pelos responsáveis pelo arquivo e designado o arquivista encarregado, ele e sua equipe planejarão os seus trabalhos, junto com os professores convidados, dentre outros da rede de ensino da região (2002, p.21).

A importância do planejamento e do trabalho em conjunto entre arquivo e escola é reforçada, pois para que a ação educativa cumpra sua função de forma integral ela requer um trabalho sincrônico das partes envolvidas.

Para Fratini o exercício de ação educativa é uma via fundamental para manutenção do patrimônio público e de suma relevância para um processo de educação interdisciplinar e crítico, afirmando que

a ação educativa patrimonial é essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação. Essa prática está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio documental está inserido. A ação educativa em arquivos mostra-se uma ferramenta importante no contexto social brasileiro para um aprendizado diferenciado (2009, p.1).

Nesse sentido, uma das possibilidades de trabalho com ações educativas seria via atividades de educação patrimonial que consiste em um processo permanente, sistemático e com fontes primárias para que ocorra experiência e contato direto, fazendo com que o cidadão sinta-se parte integrante do processo. O trabalho com educação patrimonial promove no sujeito um empoderamento no sentido de criar uma consciência voltada para preservação dos bens culturais e sociais de modo integrado ao processo de ensino e aprendizagem. Como definido pelo guia publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo contínuo de criação cultural** (HORTA; GRÜNBERG; MONTEIRO, 1999, p.06, grifo do autor).

O arquivo como patrimônio no Brasil é uma visão um tanto quanto recente, visto que é a partir do texto da Constituição de 1946, que passa a contemplar a documentação de valor histórico de responsabilidade de guarda pelo governo. Como colocado por Costa e Fraiz (1989), realidade muito distinta dos países europeus. Aldabalde (2012) afirma que as ações pedagógicas em arquivos tiveram seu início em 1881, quando o Governo da Bélgica solicitou que fossem realizadas visitas nos arquivos pelas instituições educacionais. De acordo com Bellotto (2006), as primeiras publicações de caráter educativo em arquivos ocorreram nos Estados Unidos, Polônia e Rússia. Sendo seu auge atingido na França, na década de 50, quando o governo resolveu estreitar a relação arquivo-escola, ação essa que consolidou um sistema de acesso e empoderamento dos cidadãos para com os arquivos. Mas qual a importância de se ter ações educativas em instituições arquivísticas?

A definição de instituição arquivística tem se ampliado ao longo dos anos e “tem evoluído para dimensão social, como instrumento de apoio à cultura e à educação, além de contribuir para a produção de novos conhecimentos” (SANTOS E BORGES, 2014, p.337). Nessa narrativa chama-se atenção para uma função de suma importância: o acesso. A ampliação desse acesso perpassa pela difusão e é justamente nesse ponto que se tem a possibilidade de construir pontes sólidas com a sociedade. Bellotto reforça que essa relação arquivo sociedade acontece quando

um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele **preenche seu lugar de direito e por conquista na comunidade**. Esta

deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber (2006, p.247, grifo nosso).

Ocupar esse local de direito na sociedade é o grande desafio, pois os arquivos de forma geral são vistos como depósitos de papéis velhos, comumente chamados de “arquivo morto” ou “arquivo inativo” um local que não se quer ir. Transformar essa visão junto a grande parte da população é um trabalho de mudança cultural e a educação patrimonial auxilia nesse processo, já que suas “atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc” (FRATINI, 2009, p.5).

Horta explica a ligação existente entre educação patrimonial, processo pedagógico e cidadania, um tripé relevante quando falamos em ações educativas.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania (2004, p.4).

Dessa forma consegue-se através da educação patrimonial em arquivos a denotação da instituição arquivística como aquela que está a serviço da sociedade, valorizando o desenvolvimento de preservação da memória, reconhecendo ali o seu valor.

Cabe lembrar como já mencionado, que instituições arquivísticas são gestoras da documentação do Estado. E seu acervo é constituído por

documentos de arquivo (manuscritos e dactilografados, no caso dos mais recentes) reflectem a vida da instituição que os produziu. No entanto, as informações fornecidas por estes documentos têm, necessariamente, de ser cruzadas com os dados que se encontram em fontes de outra natureza, apresentando-se em suportes variados sob formas diversificadas (MOGARRO, 2006, p.74).

Mas Fratini destaca que é justamente o fato de serem a prova do que aconteceu que fazem desse material um objeto de trabalho amplo quanto a seus usos na educação patrimonial

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características – ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos de administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os

documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (2009, p.6).

Destaca-se que os arquivos são também concebidos por alguns pesquisadores como local de memória, não só de guarda, mas como lugar de troca entre passado e presente, como espaço de possibilidades para o ato de lembrar. Nora discorre sobre a oposição entre a história e a memória social, pois a memória social está em uma constante evolução. E esta evolução se dá pelas contribuições de diversas gerações ao longo do tempo, com colocações como: “a memória é vida” (...) “sempre atual”, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não é mais” (1993, p.3). O historiador destaca que são criados então lugares de memórias e os arquivos seriam exemplos desses locais.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. Eis porque a defesa por algumas minorias de uma memória refugiada em certos lares privilegiados e ciumentamente guardados não faz senão levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história rapidamente os varreria (ibid., p.8).

Sendo assim o arquivo seria um auxiliar na construção da memória social que necessita de uma constante retroalimentação para que a história não se perca. E o autor ainda continua

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora [...] O que secreta, veste estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação[...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea (ibid., p.13).

Nesse sentido a manutenção desses locais é de suma importância para que se façam leituras da história. E que esses “restos” sejam fonte de um trabalho de ação educativa para auxiliar na orientação quanto ao uso e as narrativas que podem ser construídas por meio dele. Barros e Neves vão de encontro a essa visão de arquivo como local de memória ao afirmar

O arquivo é visto aqui como um lugar em que a memória se torna participante do processo de identidade, como praxe e representação da sociedade da informação [...]. Ele é concebido, ainda, como um elo com passado de continuidade e descontinuidade, que leva a aclarar suas dimensões sociais e suas contribuições diretas na organização da sociedade da informação (2009, p.56).

Esse local de memória é reafirmado na Declaração Universal sobre Arquivos, aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em 17 de setembro de 2010 durante a 42ª CITRA, em Oslo, destaca justamente essa visão de arquivo como aquele que auxilia a sociedade, detentor de um acervo singular instrumento para promoção da democracia e cidadania, quando reconhece:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. Arquivos são um **patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra.** Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos

são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. **Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva.** O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida (grifo nosso).

Diante do exposto entendo que as instituições arquivísticas só têm a ganhar com o uso de ações educativas, tais ações carregam a possibilidade de ampliação do público frequente, o reconhecimento de sua importância para com a sociedade e a manutenção do patrimônio sob sua tutela. Bellotto destaca

mesmo não sendo a função primordial do arquivo, essa nova abertura para educação pode ser constituir numa forma de aproximação que lhe garantirá um novo espaço social. E isso acabará beneficiando- e até reforçando- o próprio protagonismo do arquivo-informação administrativa e do arquivo-informação histórica (2006, p.246).

A autora ainda afirma que “a par da cultura tradicional, os arquivos podem enveredar pelo caminho da divulgação verdadeiramente popular” (2006, p.228). Para tanto, as ações educativas consistem em uma via para fortalecimento da relação sociedade e instituições arquivísticas.

3. AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS: BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO

Como descrito no capítulo anterior as instituições arquivísticas tiveram sua origem nos séculos V e IV a.C., na civilização grega e vem passando por uma transformação ao longo dos séculos. As instituições como conhecemos, hoje, são resultado da criação do Arquivo Nacional da França, fundando em 07 de setembro de 1790 (ESTEVIÃO; FONSECA, 2010). Por que estas instituições foram criadas?

Schellenberg (2006) destaca que há quatro razões para que isso aconteça, partindo da análise dos Arquivos Nacionais da França, Inglaterra e Estados Unidos. A primeira razão diz respeito à “necessidade prática de incrementar a eficiência governamental” (*ibid.*, p.30). De acordo com o autor, nos três países havia um volume de massa documental acumulada considerável, todas sem tratamento e dispersos por vários locais, dessa forma ao chegar ao “limite” verificou-se a necessidade de resolver a situação. Ao organizar os arquivos a instituição consegue assim auxiliar o Estado nas suas atividades, migrando da situação de problema para solução. O segundo motivo é de ordem cultural, “os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus. São uma fonte tão importante como os parques, monumentos e edifícios” (*ibid.*, p.31). O acervo possui uma fonte única de informação, onde as ações do Estado encontram-se registradas e acessíveis. Tal percepção foi inaugurada na França e é resultado da mudança de regimes, onde a antiga documentação foi considerada de valor cultural. Já nos EUA e Inglaterra os historiadores tiveram papel crucial na criação das instituições arquivísticas, com o reconhecimento do valor não só probatório dos documentos, mas na concepção de que são primordiais para o “desenvolvimento de um país” (*ibid.*, p.32). A terceira razão é a de interesse pessoal. Essa motivação foi mais evidente no caso francês, onde com o fim do período feudal toda documentação que comprovava privilégios do antigo regime deveria ser eliminada e determinaram a preservação dos documentos que explicitavam os direitos e privilégios adquiridos com o novo governo. O autor ainda ressalta “os documentos oficiais [...] são a derradeira prova de todos os direitos e privilégios civis permanentes e a prova imediata de toda propriedade temporal e direitos de ordem financeira que se originam ou se ligam às relações do cidadão para com o governo” (*ibid.*, p.32). A quarta e última razão é a de ordem oficial. Os documentos são “os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação” (*ibid.*, p.33). Ou seja, retratam as atividades do Estado, sua

criação e evolução, auxiliam na tomada de decisão e nas funções primárias de um governo, além de comprovar e preservar os direitos.

Inspiradas pelas razões apresentadas, em especial no modelo europeu, Ramírez e Villa-Flores (2009) destacam que as instituições arquivísticas latino-americanas são resultado do novo Estado-nação, em sua maioria instituída no século XIX. As instituições mais antigas da América Latina são Argentina e México, seus arquivos nacionais foram criados em 1821 e 1823 respectivamente. Concebidas no contexto “*legitimación política y de centralización administrativa, ambos cruciais para la consolidación de los gobiernos post-independentistas*” (*ibid.*, p.11), seus acervos foram compostos inicialmente pela documentação do período colônia, e em alguns casos até mesmo os arquivos eclesiásticos. Nas primeiras décadas de existência as atividades administrativas e jurídicas foram predominantes. Já na metade do séc. XIX iniciou-se um controle do Estado sobre a sociedade, já que as instituições políticas e econômicas se encontravam estabilizadas. O processo de aprimoramento dos mecanismos de controle foi se intensificando com passar dos anos e na segunda metade do séc. XIX, influenciados pelo positivismo, uma série de informações passam a ser tratadas aumentando ainda mais o controle do estado sobre as partes menos favorecidas da sociedade, e as instituições arquivísticas auxiliaram essas ações governamentais. Ao adentrar o século XX, o acervo latino-americano passou a conter todo conflito político e social que viveu a região, tal situação foi resultado dos movimentados sindicais e a força dos trabalhadores atrelados ao surgimento de várias posições político-ideológicas e a repressão dos Estados para com esses movimentos.

Jardim(2011b) chama atenção para as instituições ibero-americanas que foram tratadas como repositórios de identidade nacional até meados do século XX e que só após esse período apesar de terem seu reconhecimento como “apoio às administrações públicas e ao cidadão” (*ibid.*, p.198) elas ainda não são protagonistas e se mantêm marginalizadas, com grande dificuldade de “fornecer informações suficientes, em níveis quantitativo e qualitativo, ao próprio Estado, à pesquisa científica e tecnológica e à sociedade civil”(ibid., p.198). Essa atuação periférica ressaltada por Jardim(1995) foi reforçada pelo modelo de Sistemas Nacionais de Informação (NATIS) sugeridos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Tal sistema foi amplamente difundido no início dos anos 80, para que fosse implantado em toda América Latina e África.

As diretrizes para esse modelo estão presentes na obra de d’OLIER e DELMAS (1974), *La Planificación de las infraestructuras nacionales de documentación, bibliotecas y archivos*, destacada por Jardim (1995), a proposta sugeri a criação de uma administração

central que promoveria o acesso de toda informação dos centros de documentação, bibliotecas e arquivos e nesse sentido não haveria duplicidade nas ações desenvolvidas, pois as atividades seriam planejadas. E para que isso acontecesse de forma plena a implantação seria realizada nos países em desenvolvimento já que não possuem seus sistemas informacionais ainda consolidados. Para tanto, seria necessário preparar um plano nacional de informação que deveria considerar as particularidades de cada nação; a estrutura previa uma flexibilidade mínima; o processo de cooperação entre os serviços deveria ser eficaz; a compatibilidade e normalização também eram descritos como essências e assim como facilidade de intercâmbio internacional de informação e materiais. Jardim explica que o conceito de sistema nacional de arquivos, segundo d'Olier e Delmas

envolve o conjunto de fundos documentais, públicos e privados, existentes no território nacional[...]Propõe-se que a autoridade responsável seja um órgão governamental, dotado de amplos poderes interministeriais, visando exercer sua ação sobre a totalidade dos serviços administrativos governamentais. O Conselho Superior de Arquivos, em um país federal, será o ponto de confluência dos representantes das diferentes instituições arquivísticas do país, elaborará a legislação, os planos, e, sobretudo, coordenará a política nacional de arquivos. Em um país unitário, será um órgão consultivo e colaborará com a direção do serviço arquivístico nacional. As atribuições deste serviço serão maiores ou menores conforme a estrutura do Estado. Sua ação será mais ampla num país unitário e limitada à administração federal, se o país for federal. A rede nacional de arquivos deve depender do serviço arquivístico nacional (Arquivo Nacional/Central), ao menos no plano técnico, o que significa o direito de inspeção sobre os depósitos e o controle da capacitação e competência do pessoal especializado. Num estado federal, sob a égide do Conselho Superior de Arquivos, a inspeção poderá facilitar a coordenação e a harmonização das atividades de cada Estado federado (JARDIM,1995, p.56).

Dessa forma, a proposta da UNESCO para países federalistas, previa um Conselho Nacional de Arquivos que trabalharia em conjunto com o arquivo nacional e as instituições arquivísticas estaduais e municipais de forma centralizada, já que o Conselho definiria as formas e a atuação em todo território nacional. Tal proposta começou a perder força em 1986, no relatório de Ketelaar (1987) e Naisbitt (1982), como apontando por Jardim (1995). Iniciou-se uma nova forma de sistema arquivístico nacional onde a descentralização seria muito mais efetiva levando em consideração as tecnologias de informação e comunicação e a sociedade industrial. Nessa nova proposta sairia o órgão central e os envolvidos trabalhariam com objetivos comuns levando em consideração as particularidades de cada um e seus regimes de Estado, seria um trabalho de cooperação (*ibid*).

Importante ressaltar que para implementar a proposta inicial da UNESCO em países federalistas, a criação de uma legislação específica seria crucial para conseguir com que a ideia fosse realizada, mas o sistema sugerido como destaca Jardim “é a de uma pirâmide resultante de relações verticais sem formas de interação” (1995, p.130). O que vai contra o

sistema federalista que respeita as particularidades de cada um de seus estados componentes, porém possuem um poder central norteador, a constituição. Em sua pesquisa sobre Arquivos Nacionais em países federalistas, Carucci (1989, p.232) destaca “*all states lacking a law on archives regard the laying down of general norms as indispensable*”, reafirmando a importância da lei para o efetivo funcionamento do sistema de arquivos sugerido.

Compreendido o contexto no qual se encontram inseridas as Instituições Arquivísticas Nacionais contempladas nessa pesquisa, foi realizada uma análise de cada Instituição, para perceber seu processo de institucionalização e o contexto de cada Estado Nação, identificando assim convergências e divergências em suas estruturas e funcionamento, como proposto por Ketelaar (1997). Para tanto serão avaliados os seguintes dados sobre o Estado:

- a) Forma de estado, forma de governo, sistema de governo e regime de governo: diante dessas informações é possível identificar o funcionamento de um país;
- b) Extensão territorial: para que se tenha uma noção da dimensão do Estado;
- c) Quantidade de estados: visando identificar as divisões do país;
- d) População: objetiva verificar a quantidade de habitantes;
- e) Produto interno bruto (PIB): representa a soma de todas as riquezas geradas por uma nação;
- f) Índice de desenvolvimento humano (IDH): é um dado criado pelas Nações Unidas que visa identificar o grau de desenvolvimento humano, seu cálculo considera: o nível de escolaridade da população, longevidade e produto interno bruto per capita. Sua escala de medição varia de 0 a 1 e quanto mais próximo do número 1 mais desenvolvido é um país.

No que tange à Instituição Arquivística Nacional serão examinados:

- a) Ano de criação: para que se conheça seu contexto de criação;
- b) Histórico: visando entender sua trajetória;
- c) Vinculação: tal dado fornece uma visão de sua posição na estrutura governamental;
- d) Finalidade: permite identificar o objetivo da instituição;
- e) Acervo: onde será possível identificar a diversidade existente e o tamanho do acervo sob sua tutela;
- f) Estrutura organizacional: para compreender sua forma de funcionamento;
- g) Orçamento: para constatar os valores que financiam a estrutura da Instituição;
- h) Legislação: identificando assim os marcos regulatórios existentes na área.

3.1 ARQUIVO NACIONAL (AN) - BRASIL

A República Federativa do Brasil foi descoberta em 1500 pelos portugueses. Permaneceu colônia de Portugal até 1822 quando proclamada a sua independência. Atualmente é uma república federativa presidencialista, sendo assim: sua forma de estado é o federalismo, onde cada divisão da federação possui autonomia administrativa e legislativa e estão sob a tutela do estado federativo; sua forma de governo é a república, no qual a população tem o direito de eleger seus representantes; seu sistema de governo é presidencialista, em que a representação e a administração do poder executivo do país é feita por um chefe de estado; e seu regime de governo é a democracia, tal regime predispõe que o poder é emanado do povo.

Localizado a leste da América do Sul, o Brasil tem 8.515.759,090 km² de extensão territorial (BRASIL,2017, p.96), divididos em 26 estados e 1 distrito federal. Sua população é formada por 190.732.694 pessoas, conforme censo demográfico de 2010, em novembro de 2017 a estimativa populacional era de 280.202.069, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017). Seu PIB, em 2016, foi de US\$ 1,796,186.59 trilhões (BANCO MUNDIAL, 2017). O IDH do país, segundo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para Desenvolvimento, de 2014, é de 0,755 ocupando a 75ª posição. O Brasil é considerado um país em desenvolvimento e se destaca como maior economia da América Latina.

Dentro desse país de extensões continentais o Arquivo Nacional, como é chamado a instituição arquivística nacional brasileira, foi criado 1838, por meio do regulamento nº 2, de 02 de janeiro, com nome de Arquivo Público do Império. Quando o país se tornou uma república o arquivo passou a se chamar Arquivo Público Nacional e só em 1911 alterou para a atual nomenclatura, Arquivo Nacional (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

Situado na cidade do Rio de Janeiro possui uma unidade regional em Brasília, capital da república. Abrigado no até então edifício da Casa da Moeda desde 1985, no Rio de Janeiro, somente em 2004 teve sua sede chancelada na cidade, definiu-se pela manutenção da instituição no edifício que foi restaurado e tombado.

A criação do Arquivo Nacional tem sua concepção fortemente ligada as correntes europeias, com substancial influência francesa como destacado por Estevão e Fonseca (2010). O acervo da instituição passou por dificuldade na formação por mudança de local, incêndios e também por problemas de recolhimento da documentação, algumas dessas lacunas foram

sanadas com a antiga capital do império (HEYNEMANN, 2018). Em 1870, o primeiro plano de classificação do arquivo foi implementado sob a gestão de João Pires Machado da Portela que definiu o recolhimento sistematizado e a abertura da seção histórica da instituição (SILVA, 2016). As gestões do século XX foram marcadas por “dotar o órgão de uma personalidade propriamente arquivística” (HEYNEMANN, 2018, p.1), em especial a direção de José Honório Rodrigues com foco na gestão de documentos negando-se assim a visão até vigente de instituição custodiadora. Ainda nesse período foi fortalecida essa atuação com a “adoção do Projeto de Modernização Institucional Administrativa” (*ibid.*). Essa mudança de foco da instituição a levaram a uma visibilidade internacional e a conceituaram na arquivística moderna. Nos últimos anos teve seu poder de atuação reduzido. De 2016 para 2018 mais de cinco diretores já passaram pela instituição, foram seis gestões, o que dificultou a implantação de uma estratégia de trabalho e a execução de uma política arquivística nacional. A indicação para a direção do AN é política.

O Arquivo Nacional, hoje, está vinculado ao Ministério da Justiça (MJ), essa subordinação completou sete anos, mas a instituição já esteve sob a responsabilidade do Ministério outras vezes. O AN é considerado um órgão específico e singular dentro da estrutura do MJ. Quando criado, em 1838, encontrava-se vinculado à Secretária de Estado de Negócios do Império. Em 1889, passou a estar sob a tutela do Ministério da Justiça e Negócios do Interior até 1967. Entre 1967 a 20 de junho de 2000 estava no Ministério da Justiça, após esse período passou onze anos sob a chancela da Casa Civil da Presidência da República, a instituição de maior importância dentro do poder executivo federal (ARQUIVO NACIONAL, 2018, p.1).

Como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal, o Arquivo Nacional tem como finalidade

implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do governo federal, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (BRASIL, 2011, p.1).

Ou seja, o AN é o responsável por realizar a política nacional de arquivos, que até o momento não é clara em sua execução.

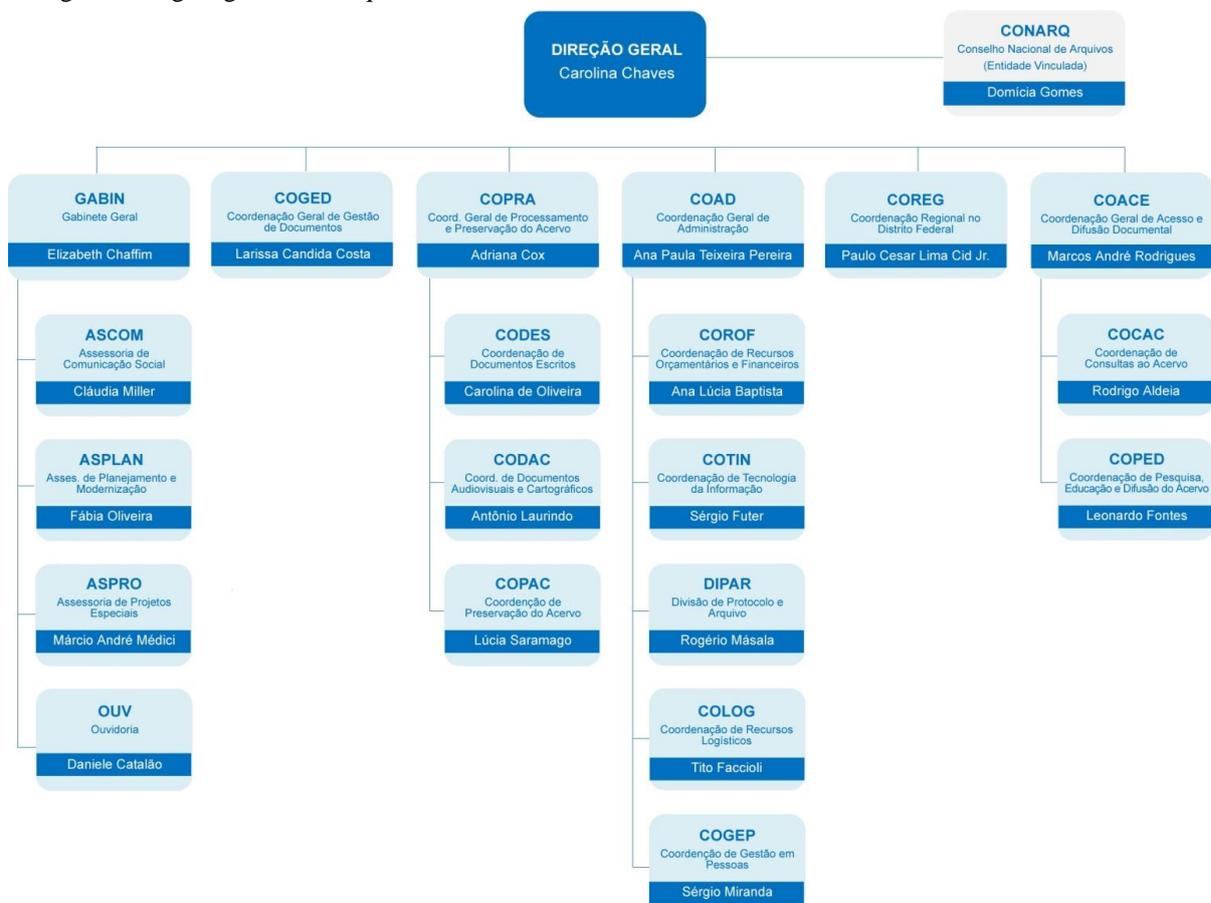
De acordo com relatório de Silva o acervo do Arquivo Nacional é único e de valor inestimável, datado do século XVI aos dias de hoje, é diverso e extenso composto por

mais de 55km de documentos textuais, cerca de 1.74 milhão de fotografias e negativos, duzentos álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, quatro mil caricaturas e

charges, três mil cartazes, mil cartões postais, trezentos desenhos, trezentas gravuras e vinte mil ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros que supera oito mil títulos (2016, p.3).

A instituição possui coordenações bem definidas, são elas: a Coordenação Geral de Gestão de Documentos; a Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo que sob sua responsabilidade encontram-se a Coordenação de Documentos Escritos, Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos e a Coordenação de Preservação do Acervo; Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental que sob sua tutela estão a Coordenação de Consultas ao Acervo e a Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão de Acervo; a Coordenação Geral de Administração, que possui toda equipe administrativa e apoio ao funcionamento da instituição; possui também o Gabinete Geral que apoia as ações da Direção do Arquivo, com atividades de comunicação social, planejamento e modernização, projetos especiais e ouvidoria; a Coordenação Regional que exerce as atividades na capital da república e também a Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Dessa forma atua tanto na gestão, como na guarda, preservação, difusão e acesso.

Figura 1- Organograma do Arquivo Nacional.

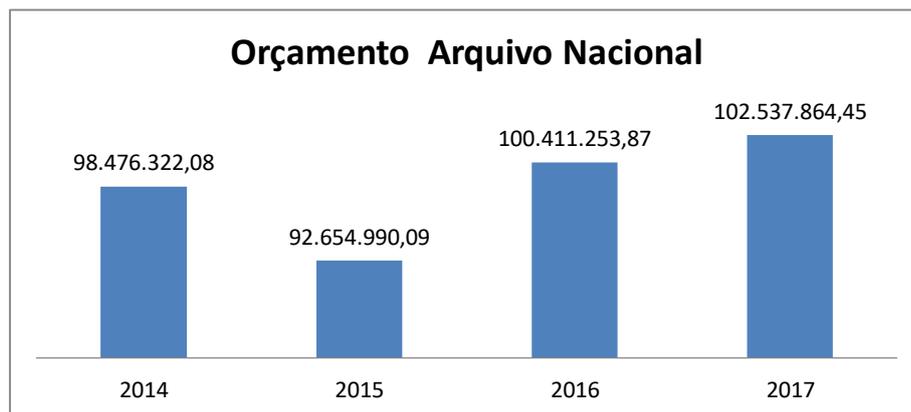


Fonte: Arquivo Nacional.< <http://arquivonacional.gov.br/br/institucional/organograma.html>>. Acesso em 15 mar 2018.

Analisando sua estrutura e regimento identifica-se as seguintes divergências: no regimento interno consta a Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos, porém o mesmo não se encontra no organograma disponível no *site* com última atualização em 30 de outubro de 2017; consta no regimento interno dentro da Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental (COACE), a Coordenação de Atendimento a Distância (COADI) que também não está no organograma; e outro ponto a ser destacado é a mudança de nomenclatura da até então Coordenação de Recursos Humanos (CORHU) para Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP).

Quando avaliada a sua situação orçamentária do Arquivo Nacional verifica-se um aumento 2,1% na receita do ano de 2016 para 2017. O ano 2015 teve uma diminuição considerável, mas nos últimos dois anos o orçamento da instituição tem aumentado gradualmente, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 - Orçamento Arquivo Nacional



Fonte: Portal da transparência. Elaborado pelo autor. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em 15 mar. 2018.

Foi elaborado um cálculo dos últimos quatro anos da representatividade do orçamento recebido pelo Arquivo Nacional com relação ao orçamento gasto no poder executivo federal, a instituição recebeu 0,0058% por ano do orçamento total do governo federal, ou seja, o repasse do governo não chega a 0,01% do seu valor de despesas total. O maior percentual de repasse frente ao orçamento foi no ano de 2017 que correspondeu a 0,0069% do orçamento.

Por ser um país federalista a legislação é de suma importância para que se consiga a implantação de um sistema de arquivos, sua regulamentação específica foi aprovada em 08 de janeiro de 1991, sob nº 8.159, a chamada Lei de Arquivos, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” (p.1), sua criação tem

como base a Constituição Federal (CF) de 1988, que em seu art. 216 estabelece no “§ 2º cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (p.72). A partir da Lei de Arquivos, em seu art. 21, ficou determinado que estados e municípios devem criar critérios de organização, gestão e acesso aos documentos. Já em seu artigo 26, a Lei de Arquivos, também cria o Conselho Nacional de Arquivos, um órgão que tem por finalidade a formulação, orientação normativa, avaliação e monitoramento da política nacional de arquivos. O CONARQ é o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, o SINAR. O SINAR foi criado no decreto nº 82.308, de 25 setembro de 1978, revogado pelo decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994, que também já foi revogado. Estando vigente o decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei de Arquivos, onde dispõe sobre o funcionamento do CONARQ e do SINAR, institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e dá outras providências.

O acesso à informação no Brasil tem seu direito garantido na CF em seu art. 5º, inciso XXXIII, que garante “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (p.3). Para regulamentar tal garantia a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 foi criada, a chamada Lei de Acesso a Informação (LAI). A lei além da definição das formas de acesso e determinar como a administração pública deverá executá-la visa não só o acesso a qualquer cidadão, mas prevê a promoção da transparência ativa. A LAI também institui os critérios de classificação e os tipos e prazos de sigilo.

O Arquivo Nacional brasileiro completou 180 anos de existência, uma instituição sólida pela sua importância como instituição gestora da política nacional de arquivos e também como custodiadora da história nacional. Sua estrutura organizacional é ampla e contempla ações da produção a destinação final e conservação. Porém o AN sobrevive com dificuldades, não só financeira pelo baixo valor de orçamento recebido, como também político por ainda não conseguir se impor dentro da administração federal. Sua singularidade é percebida, porém sua atuação ainda encontra-se periférica como explicado por Jardim(1999).

3.2 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO (AGN) – COLÔMBIA

A República da Colômbia possui indícios de sua existência datados em 20.000 a.C., entretanto foi descoberta pelos espanhóis em 1499. Permaneceu colônia da Espanha até 1819, após uma longa guerra foi proclamada a sua independência. Atualmente seu regime de governo é uma república presidencialista unitária, sendo assim: sua forma de estado unitário descentralizado prevê um único centro de poder, judiciário, legislativo e político, e uma descentralização administrativa; sua forma de governo é a república, assim como Brasil; seu sistema de governo é presidencialista; e seu regime de poder a democracia.

Localizado a noroeste da América do Sul, possui 2.070.408 km² (DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2012), divididos em: 1.123 municípios, 32 departamentos, 5 distritos, entidades territoriais indígenas e entidades territoriais coletivas. Sua população está estimada em 49.479.46 pessoas, onde quatro grupos étnicos (indígenas, afrocolombianos, *raizales* e *rom o gitanos*) representam 13% da população total, conforme informação disponível na internet na página do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), acessado em 03 novembro 2017 . Seu PIB, em 2016, foi de US\$ 282,462. 55 milhões (BANCO MUNDIAL, 2017). O IDH do país, segundo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), de 2014 é de 0,720 ocupando a 97^a posição. A Colômbia é considerada um país em desenvolvimento, o segundo país mais populoso na América do Sul depois do Brasil.

Completados 150 anos de história o *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado* é a instituição responsável pela gestão de documentos e guarda do acervo documental da Colômbia. Antes mesmo de sua criação a gestão do acervo no país já era exercida, em 1826, foi publicada a primeira instrução normativa para organização dos documentos da Secretária do Interior, determinada por Don José Manuel Restrepo. O cuidado com os documentos colombianos fica ainda mais claro quando em 1830 a República da Colômbia foi dissolvida e a documentação foi enviada para as novas secretarias criadas no então Estado de *la Nueva Granada*, o acervo foi então preservado por responsáveis próprios em cada secretária. Uma série de ações e medidas sobre a custódia e organização dos acervos ocorreram, dentre essas ações destaca-se em 1866 a solicitação de Murillo Toro para confecção de um grande inventário dos arquivos, o documento deveria ser separado por séculos e anos e também por tipo de material. O acervo dos sécs. XVI e XVII foram

inventariados em 1867, já os documentos dos sécs. XVIII e XIX não foram, porque o acordo foi interrompido. Em 1868, foi criado o *Archivo Nacional* que ficou sob a responsabilidade da Secretária de Interior e Relações Exteriores. O então arquivista responsável Don José María Vergara y Vergara iniciou o trabalho de localização dos acervos então dispersos e a concentrá-los no segundo andar do Palácio Nacional, local que se encontrava a instituição. O primeiro regimento do *Archivo Nacional de los Estados Unidos de Colombia*, de 1869, previa que além das quatro divisões estabelecidas, são elas: Guerra, Tesouraria e Desenvolvimento, Interior e Relações Exteriores, e Tesouro e Crédito cabia ao arquivista responsável a gestão do acervo herdado da administração superior do Novo Reino de Granada. A figura do inspetor geral do Arquivo Nacional foi criada, em 1907, e coube a Enrique Álvarez Bonilla tal função. Em 1920, a mapoteca colombiana foi constituída, seu acervo foi composto por todos os documentos cartográficos existentes no Arquivo Nacional e também nas bibliotecas. A junção do Arquivo com a Biblioteca ocorreu em 1938. Foi então criado o Instituto Colombiano de Cultura, em 1968, local que o AGN passou a estar vinculado. A definição da função do *Archivo* só aconteceu em 1974. Cento e vinte e um anos após sua criação a Instituição recebe então personalidade jurídica e autonomia administrativa, via lei nº 80 de 22 de dezembro de 1989, tal legislação ampliou a atuação do Arquivo que recebeu a missão de organizar o Sistema Nacional de Arquivos, e promover e elaborar a gestão de documentos em todos os arquivos territoriais e municipais da nação. Um projeto de lei para criar a lei nacional de arquivos teve início em 1998, mas só em 14 de julho de 2000 foi aprovada, lei nº 594. Desde sua criação a instituição contou com trinta e cinco gestores, divididos entre Arquivistas Nacionais e Diretores. A definição da direção do AGN é realizada por um concurso de mérito onde são avaliados pelo Ministério da Cultura os candidatos para vaga, a nomeação também pode ser política definida pelo Presidente da República, mas o último concurso ocorreu em 2016, com a pose de Armando Martínez Garnica (GARNICA, 2018).

Quando criada instituição arquivística nacional, em 1868, foi intitulada de *Archivo Nacional*, já em 1989 passa então a se chamar *Archivo General de la Nación Colombia*, hoje seu nome é *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado*. Jorge Palacios Preciado foi um dos diretores da instituição quando a mesma ganhou autonomia em 1990, falecido em 2003, foi uma figura importante da história nacional, dedicou sua carreira a preservação documental da Colômbia (GARNICA, 2018).

O Arquivo Nacional da Colômbia já teve várias sedes, como: no Palácio Nacional no seu início; edifício de Santo Domingo, até a sua demolição; o antigo Palácio da Justiça; em 1938, foi para prédio da Biblioteca Nacional; em 03 de novembro de 1992 foi inaugurada a

sede principal da instituição no Centro Histórico, em Bogotá; e em 2016 foi adquirida uma nova sede que auxiliará na infraestrutura de armazenamento do acervo no bairro de Funza, também em Bogotá (GARNICA, 2018).

No que tange a sua vinculação, quando criado encontrava-se sob a responsabilidade da Secretária do Interior e Relações Exteriores, passa a ser um departamento dentro do Ministério de Governo em 1935, quatro anos depois foi transferido para o Ministério da Educação, como parte da Biblioteca Nacional. Com a criação do Instituto Colombiano de Cultura, em 1968, o AGN passa a compor o Instituto, que estava subordinado ao Ministério da Educação Nacional. Em 1989, com a constituição do *Archivo General de la Nación*, dando-lhe personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia administrativa retorna ao Ministério de Governo. Atualmente AGN encontra-se no Ministério da Cultura, e é uma instituição de ordem nacional (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO, 2017a).

Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado é responsável pela organização e direção do Sistema Nacional de Arquivos (SNA), de executar a política arquivística nacional assim como custodiar, preservar e proteger o patrimônio documental sob sua responsabilidade e colocá-lo a disposição da sociedade, conforme lei nº 80, de 22 de dezembro de 1989. O AGN possui uma política de gestão de documentos e uma política de proteção ao patrimônio, para realizar tal situação dispõe de um mapa de processos e procedimentos que é parte do sistema integrado de gestão, pautado no sistema de qualidade estabelecido na Administração Federal, em 2013. Sua missão prevê que

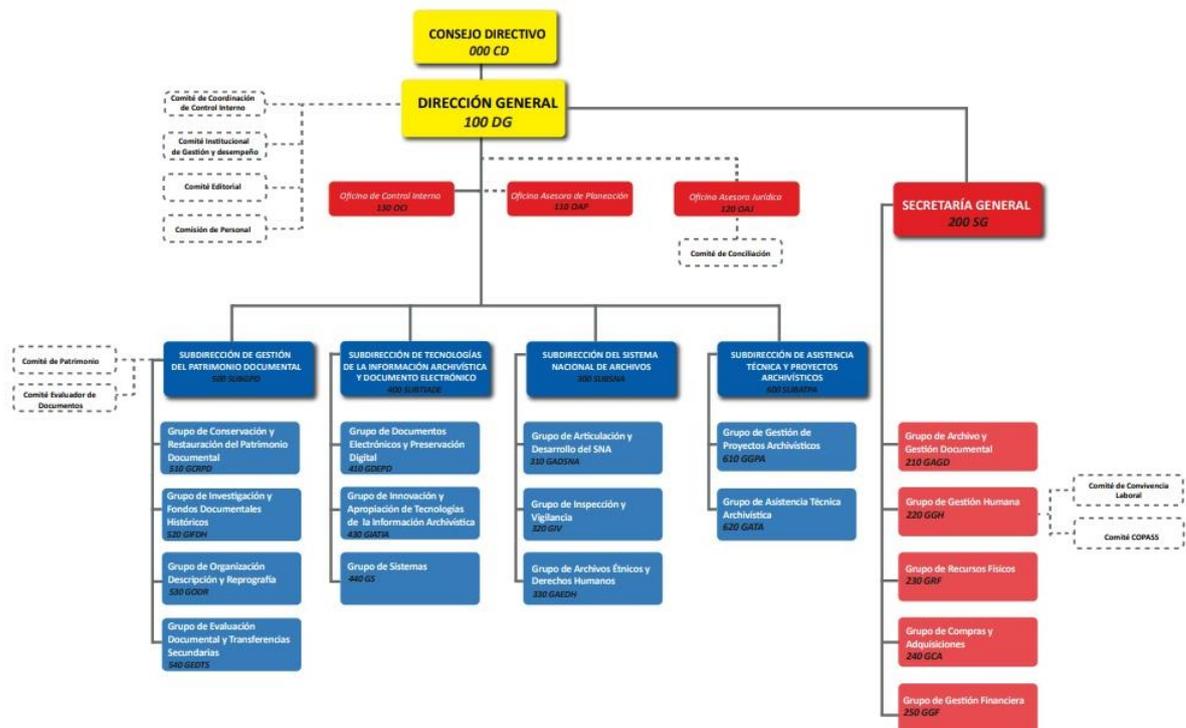
el Archivo General de la Nación es un establecimiento público del orden nacional encargado de formular, orientar y controlar la Política Archivística, coordinar el Sistema Nacional de Archivos y la Red Nacional de Archivos, y garantizar la conservación del patrimonio documental, asegurando los derechos de los ciudadanos y el acceso a la información, así como, el mejoramiento en la eficiencia de la gestión pública, la eficiencia de Estado a través de una gestión documental articulada con el uso de las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO, 2017c).

O acervo da Instituição possui documentos desde do século XVI até os dias de hoje, divididos em 421 fundos identificados, classificados em nove seções: Colônia, República, *Archivo Anexo*, *Colecciones*, *Mapas y planos*, *Notarías*, *Archivos oficiales*, *Archivos privados* e *Ajenos copiados*. Essa última criada com objetivo de receber novas aquisições digitais que alimentarão o Arquivo Histórico Nacional Digital. Todos os documentos recebidos de 1993 até hoje estão em uma seção anônima e alguns já foram distribuídos nas duas novas seções *Archivos privados* e *Archivos oficiales*. Estima-se que o acervo possui 3.531 rolos de microfilmes, em sua maioria de 16mm. A seção de *Notarías* conta com mais de 10.0687

livros de registros públicos. Destaca-se também a mapoteca que possui um acervo de 83.138, em sua maior parte recebidas pós 1993 (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO,2016).

Sua atual estrutura organizacional passou a vigorar em 05 de março de 2018, com a seguinte disposição: um Conselho Diretor; Direção Geral, com a Secretária Geral e com cinco Grupos de trabalho e dois Comitês; três Oficinas com um Comitê; quatro Subdireções, que sob sua responsabilidade possuem doze Grupos de trabalho e dois Comitês; e quatro Comitês de Assessoria e Coordenação. Conforme organograma:

Figura 2 - Organograma Archivo General de la Nación Jorge Palacios



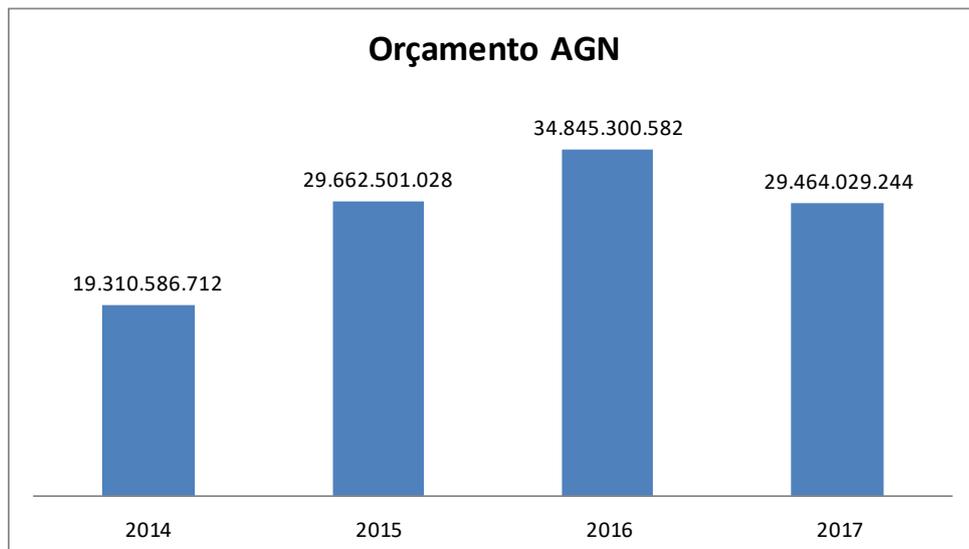
Fonte: Archivo General de La Nación <<http://www.archivogeneral.gov.co/Conozcanos/estructura-organizacional>>. Acesso em 18 mar.2018.

O novo organograma do AGN não modificou suas funções, o que ocorreu foi uma redistribuição dos Comitês de Assessoria e Coordenação que podem ser alterados a qualquer momento de acordo com o decreto nº 2.126, de 16 de outubro de 2012. Dessa forma a instituição retirou três Comitês, são eles: o *Comité de Dirección* e *Comité Institucional de Desarrollo Administrativo*, que assessoravam a *Dirección General*; e o *Grupo de Gestión Contractual* que apoiava as ações da *Oficina Asesora Jurídica*. Foram criados sete Comitês, que são: *Comité Editorial*, *Comité Institucional de Gestión y Desempeño*, que prestam assistência a *Dirección General*; *Comité de Patrimonio*, *Comité Evaluador de Documentos*,

que auxiliam a *Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental*; *Comité de Convivencia Laboral* e *Comité COPASS* que fazem parte do *Grupo de Gestión Humana*; e o *Comité de Conciliación* que contribui com a *Oficina Asesora Jurídica*.

Ao averiguar a situação orçamentária do AGN foi possível identificar uma diminuição do orçamento do ano de 2016 para 2017 de 15,4%, tal alteração pode ter relação com a aquisição de uma nova sede no ano de 2016. Como mostra gráfico dos últimos quatro anos:

Gráfico 2- Orçamento AGN



Fonte: *Portal de Transparencia Económica*. Elaborado pelo autor. Disponível em: <http://www.pte.gov.co/WebsitePTE/> >. Acesso em 15 mar. 2018.

Analisando os gastos do Governo Federal Colombiano verifica-se que o orçamento do *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado* corresponde na média dos últimos quatro anos a 0,015% do que foi gasto por ano do governo federal. O ano de 2016 foi o de maior representativa dentro dos gastos públicos de 0,019%, ou seja não chega a 0,05% do gasto nacional. Ao verificar o orçamento do Ministério da Cultura onde a Instituição encontra-se vinculada seu gasto corresponde em média no mesmo período a 0,2% do gasto total do governo (PORTAL DE TRANSPARENCIA ECONOMICA, 2018).

A legislação arquivística colombiana possui marcos regulatórios definidos, como: a lei nº 594, de 14 de julho de 2000, conhecida como *Ley General de Archivos*; o decreto nº 2.126 de 16 de outubro de 2012, que constitui a definição da estrutura e delimita as funções do AGN; decreto nº 2.578 de 13 de dezembro de 2012 que regulamenta o Sistema Nacional de Arquivos e a Rede Nacional de Arquivos; e a lei nº 1.712, de 06 de março de 2014, intitulada *Lei da Transparência e de Acesso a Informação Pública Nacional*. A *Ley General de Archivos*

regulamenta a administração dos arquivos na Colômbia, seu objetivo como colocado por Garnica

es lograr el desarrollo integral y optimizar la gestión de los archivos en Colombia, abarcando el ciclo vital de los documentos, es decir, desde su producción, su trámite natural y su disposición final, ya sea para su conservación o eliminación, independiente del formato y soporte donde se halle registrada la información. Entre los principios generales que rigen esta Ley se destacan: la importancia de los archivos para la administración y la cultura, pues como centros de información institucionalizan las decisiones administrativas y constituyen una herramienta indispensable para la gestión administrativa, económica, política y cultural del Estado y son la base para el servicio al ciudadano; cumplen una función probatoria, garantizadora y perpetuadora; y son testimonio de los hechos y de las obras, y documentan las personas, los derechos y las instituciones (2017, p. 138).

A lei também prevê a criação do Sistema Nacional de Arquivos que foi regulamentada em 2012.

A Lei da Transparência e de Acesso a Informação Pública Nacional teve o *Archivo General de la Nación* participando ativamente da sua regulamentação. Para que o órgão público consiga atendê-la é necessário que a gestão de documentos esteja implementada. Como destacado por Garnica “*el objeto de la presente ley es regular el derecho de acceso a la información pública, los procedimientos para el ejercicio y garantía del derecho y las excepciones a la publicidad de información*” (2017, p.139).

O *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado* é uma instituição com mais de 150 anos de tradição, apesar de sua autonomia e personalidade jurídica datar de 1989, o cuidado do governo colombiano com os arquivos é verificado desde antes da criação do departamento *Archivo General*. Assim como no caso brasileiro o seu orçamento corresponde a menos de 0,02% dos gastos do Governo. A Instituição hoje conta com política arquivística clara e estabelecida, em processo de execução. Vale ressaltar que a Colômbia assinou a pouco tempo um acordo de paz histórico, em 29 de agosto de 2016, após anos em guerra civil, com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, considerado principal grupo de resistência em prol do socialismo no país. Nesse processo de reordenação nacional o AGN tem pautado seu trabalho na transparência, na capacitação e aprimoramento das práticas arquivísticas.

3.3 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN - MÉXICO

Os Estados Unidos Mexicanos, nome oficial do México, possui indícios de sua existência datados em 21.000 a.C. e foi descoberto pelos espanhóis em 1520. Permaneceu colônia da Espanha até 1810. Atualmente o país é uma república constitucional federativa, sendo assim sua forma de estado a federação, sua forma de governo é a república, seu sistema de governo presidencialista e seu regime de poder a democracia. Localizado na parte sul da América do Norte, possui 5.120.679 km², divididos em 31 estados e 1 distrito federal, conforme *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* - INEGI (2017a). Sua população é formada por 119, 530,753 pessoas, em 2015 (INEGI, 2017b). Seu PIB, em 2016, foi de US\$ 1,045,998.07 trilhões (BANCO MUNDIAL, 2017). O IDH do país é o melhor dentre os três países analisado é de 0,756 ocupando a 74^a posição, segundo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para Desenvolvimento (2014). O México assim como os outros países estudados é considerado um país em desenvolvimento, e é a segunda economia mais desenvolvida da América Latina depois do Brasil.

Criado em 23 de agosto de 1823, o *Archivo General de la Nación* é a instituição responsável por preservar, ampliar e difundir o patrimônio documental do México, promover a organização de arquivos administrativos com o objetivo de salvaguardar a memória nacional, de curto, médio e longo prazo, e contribuir para a transparência e prestação de contas no exercício do poder público (ARCHIVO GENERAL DE LA NACION, 2014, tradução nossa).

Apesar de sua origem oficial datar em 1823, em 1790 foi enviado um projeto de criação do então *Archivo General de la Nueva España* que deveria ser estabelecido no *Palacio de Chapultepec*, para reorganizar os documentos da *Secretaría de Cámara del Virreinato*. A sua diretriz de funcionamento foi definida por meio de uma Ordem Real que possuía 81 artigos, em 1792, seu objetivo principal era

erección de este común depósito de reales cédulas, órdenes, providencias, ordenanzas, instrucciones, procesos, instrumentos públicos, cuentas, padrones, y demás papeles antiguos, que sepultados en diversas oficinas y cubiertos de polvo, ocultan bajo de sí, las noticias más preciosas e interesantes (CAMPERO, 2017,p. 354).

De acordo com Romero Tallafigo (1994) a criação de um arquivo único naquele momento se justificaria para guarda do acervo antigo e os atuais deveriam manter-se nas oficinas, pois era um grande volume de documentos acumulados. Vale destacar que a data de

1792 é a usual pela Instituição, que na sua página virtual comemora 225 anos de sua criação, com uma logomarca especial datada 1792-2017.

Com a independência do país ocorreu a mudança da estrutura nacional os arquivos foram deixados de lado. Lucas Alamán foi então nomeado Ministro das Relações Exteriores e Interiores sendo um dos responsáveis pela transformação dessa situação, por possui um grande interesse pela história e pelos arquivos. Então, em 1823, foi criada a Instituição com nome *Archivo General y Público de la Nación*, vinculada a *Secretaría de Estado y del Despacho de Relaciones Exteriores e Interiores*, sua sede era na antiga *Secretaría de Cámara del Virreinato*. Durante o período de ocupação americana, de 1847, os documentos considerados de maior valor foram guardados por José María Andrade, um famoso editor e livreiro do país. Terminada tal situação, os documentos foram devolvidos e o então responsável por essa ideia José Fernando Ramírez assume o Ministério e concede melhorias ao arquivo, em 1852. Durante o período do século XIX destacaram-se a atuação de Benito Juárez que devolveu a instituição a sua estrutura administrativa. Em 1872, sob a responsabilidade de Francisco Urquidi, a gestão e organização do acervo foi uma prioridade e tem-se então o início de uma das atividades mais tradicionais do Arquivo: as transcrições paleografia e interpretações indígenas para a sociedade. As gestões que sucederam a de Urquidi seguiram o mesmo perfil de atuação até 1911. A partir de então ocorreu uma alteração de vinculação da Instituição que passou a fazer parte da estrutura da *Secretaría de Instrucción Pública y Bellas Artes*. E em 1918 migrou para a *Secretaría de Gobernación* onde está até hoje e mudou seu nome para *Archivo General de la Nación* (CAMPERO,2017).

No período de 1973 até 1982 a instituição passou por alguns lugares, como: *Palacio Nacional*, *Palacio de Comunicaciones*, e em 1977 sua sede definitiva foi então definida o *Palacio de Lecumberri* um prédio histórico construído em 1900, projetado para ser a penitenciária da capital mexicana, conhecido como *Palacio Negro*. O prédio foi completamente reformado para receber sua nova função, ser sede do *Archivo General de la Nación* iniciando suas atividades ali em 1982 (CAMPERO,2017). A década de 80 foi marcada pela junção dos acervos que estavam espalhados além de uma transformação arquivística. Até os dias de hoje a qualificação constante e aprimoramento das atividades e estrutura é uma das marcas da instituição. Em 2014 teve inicio uma grande obra de infraestrutura com objetivo de ampliar e melhorar os locais de guarda e espaço de trabalho da equipe técnica. Essa nova edificação pretende também recuperar as áreas verdes, criar novos espaços de consultas, fundar um museu voltado para história do prédio e um outro museu

sobre a instituição. Tais mudanças visam além da ampliação da área técnica trazer uma nova perspectiva para região ao redor do *Archivo*.

Com 225 anos de história o Arquivo Nacional do México é um órgão descentralizado, vinculado a Secretária de Governo, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia de gestão. É também gestor da arquivística nacional e entidade central de consulta do Poder Executivo Federal na administração dos arquivos administrativos e históricos da Administração Pública Federal. O acervo da instituição é composto por mais de 52 quilômetros de documentos, 375 mil obras e 543 fundos. Campero descreve uma documentação vasta e com diferentes suportes, como:

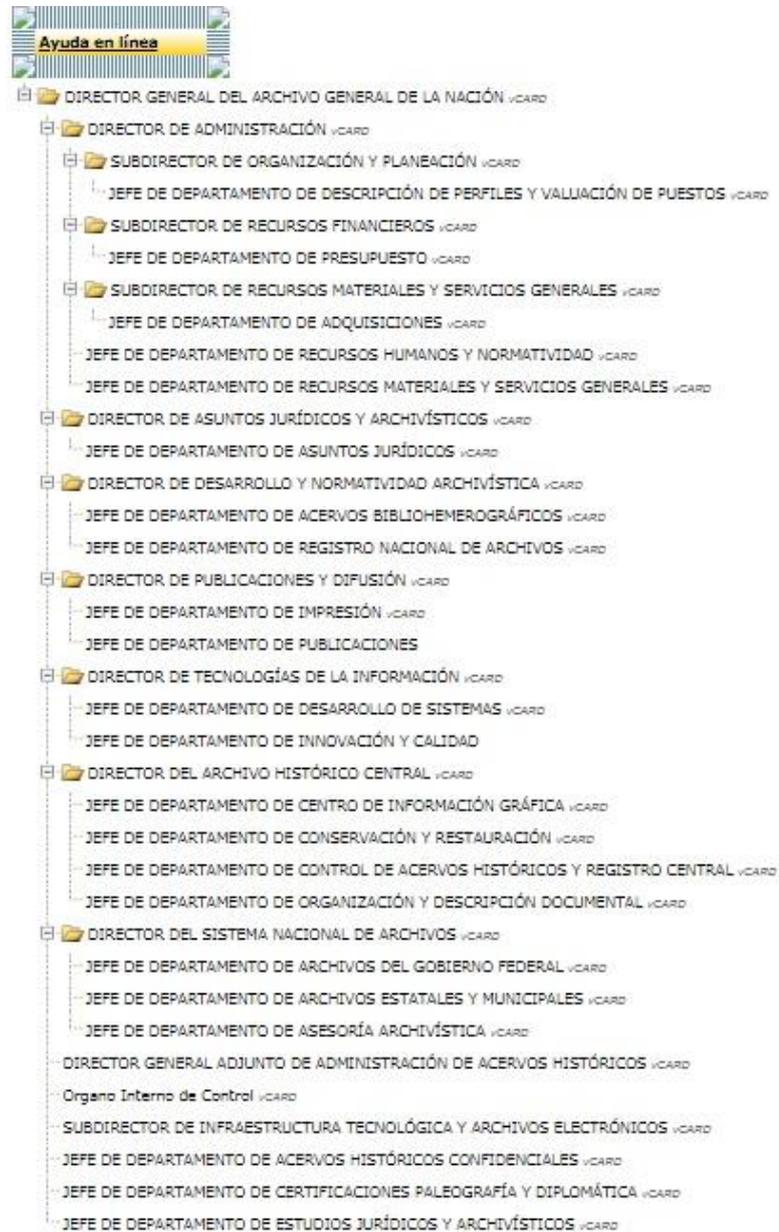
papel, microfilmes, audiovisuales, fotografías (negativos fotográficos, diapositivas, positivos), archivos digitales y objetos. Ejemplos de los tipos de documentos que incluye el acervo son: oficios, cartas, informes, cuentas, listas, proyectos, planes, fotografías, postales, folletos, impresos, traslados, códigos, litografías, mapas, planos, ilustraciones, dibujos, títulos primordiales, juicios, etc. Los fondos documentales, si bien cuentan con inventarios impresos o en formato electrónico, en su conjunto están registrados e inventariados en el Sistema informático de Registro, Normalización, Administración y Digitalización de Archivos (Siranda), el cual se actualiza constantemente a través de las actividades de organización y descripción (2017, p.358).

O *Archivo General de la Nación* possui uma estrutura organizacional com última atualização em 11 de maio de 2017, seu estatuto é de 2014. Sua estrutura possui: uma Direção Geral, uma Diretoria Geral Adjunta, uma Vice Diretoria, oito Diretorias, três Departamentos e um órgão interno de controle. As oito Diretorias são compostas de três subdireções e dezenove departamentos.

O organograma atual não vai de encontro ao Estatuto orgânico da Instituição, onde duas Diretorias e uma Vice Diretoria não foram localizadas, são elas: *Director General Adjunto de Administración de Acervos Históricos*, *Director de Desarrollo y Normativa Archivística*, e *Subdirector de Infraestructura Tecnológica y Archivos Electrónicos*. Os três departamentos ligados diretamente a Direção Geral também não foram identificados no estatuto: *Jefe de Departamento de Acervos Históricos Confidenciales*, *Jefe de Departamento de Certificaciones Paleografía y Diplomática* e *Jefe de Departamento de Estudios Jurídicos y Archivísticos*. Já duas Diretorias e três Conselhos Colegiados que estavam no estatuto não se encontram no novo organograma, são eles: *Diretoria de Desarrollo Institucional*, que visava assegurar a modernização sustentável e administrativa da Instituição; a *Dirección General Adjunta de Administración*, tinha como objetivo a eficiência do Arquivo; *Consejo Academico Asesor*, que fazia a comunicação e desenvolvimento entre as instituições acadêmicas; *Consejo Editorial*, que apoiava as ações da *Dirección de Publicaciones y Difusión*; e *Comité Técnico Consultivo de Archivos del Ejecutivo Federal*.

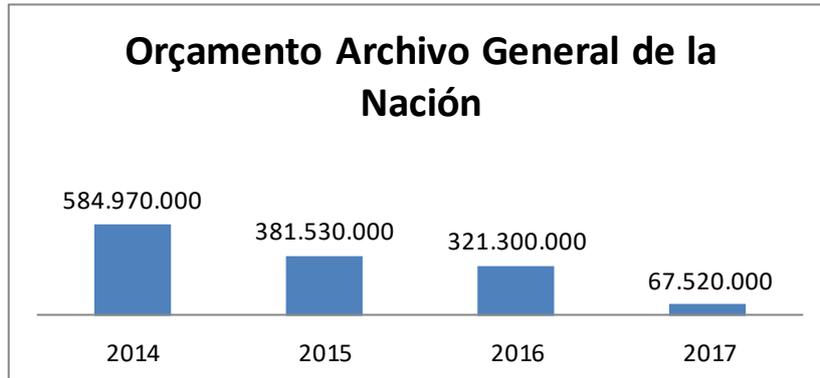
A atual estrutura da Instituição é complexa conforme figura 3 :

Figura 3- Organograma *Archivo General de la Nación*



Fonte: Archivo General de La Nación <<http://www.agn.gob.mx/menuprincipal/quienesomos/areas/areas.html>>. Acesso em 18 mar.2018.

A questão orçamentária do *Archivo General de la Nación* é de perda substancial nos últimos quatro anos, uma queda de 84,58% de 2014 para 2017. É importante notar que no ano de 2017 a Instituição sediou em parceria com a *Asociación Latinoamericana de Archivos* a Conferência Anual do Conselho Internacional de Arquivos e teve uma grande parte da ampliação de sua sede inaugurada. A queda orçamentária é relevante como demonstra o gráfico 3:

Gráfico 3- Orçamento do *Archivo General de la Nación*

Fonte: *Transparencia Presupuestaria - Observatorio del Gasto*. Elaborado pelo autor. Disponível em: <http://www.transparenciapresupuestaria.gob.mx>>. Acesso em 15 mar. 2018.

Ao analisar o orçamento da Secretária de Governo, onde o Arquivo se encontra vinculado, é possível verificar uma queda de arrecadação 22,41% nos últimos anos. Já o gasto do governo federal teve um aumento de 12,54% no mesmo período. O orçamento do Arquivo Nacional do México representou 0,07% do orçamento do governo federal, em média nos últimos anos. Com maior participação em 2014 que correspondeu a 0,12%. O orçamento da Secretária de Governo corresponde a 1,34% do gasto nacional, entre 2014 a 2017. Sendo assim pode-se verificar que o orçamento da Instituição atualmente não chega a 0,1% do orçamento dos gastos federais.

Com uma Lei Nacional de Arquivos recém aprovada, em 26 de abril de 2018, a gestão de documentos passa a ser o fator primordial e obrigatório para que se consiga prestar contas e combater a corrupção. Nesse sentido, outro avanço da legislação diz respeito aos direitos humanos, fornecendo livre acesso as vítimas e proibindo a sua destruição. Um ponto de crítica levantado Murguía (2018) é a formação de um Conselho Nacional de Arquivos formado por uma grande quantidade de cargos de cunho político o que agregaria pouca participação e avanços metodológicos necessários para área.

A *Ley General de Archivos* possui alguns pontos importantes como: a criação de um Sistema Nacional de Arquivos; cabe ao Arquivo presidir o Conselho Nacional de Arquivos; o Conselho Nacional de Arquivos além dos cargos políticos agrega instituições privadas e também a área acadêmica; a obrigatoriedade de todas as instituições em organizar e conservar o seu acervo pela gestão de documentos; criação de grupos de comissão de avaliação de documentos; os documentos de valor histórico são de acesso público e não poderão ser classificados como reservados ou confidenciais; os documentos não poderão sair do país sem autorização prévia; fica considerado crime aquele que obstruir o acesso à informação pública

e também aquele que subtrair, alterar ou destruir documentos públicos sem justificativa (MÉXICO, 2018).

Anterior a atual lei uma série de dispositivos tratavam da temática, estavam dispersos e não contemplavam as três esferas governamentais. Inclusive havia uma previsão de criação de uma legislação própria. A lei de 1946 regulamenta o Arquivo Nacional facultando aos documentos o domínio público para aqueles produzidos pela Administração Pública. Em abril de 1980, uma nova legislação foi aprovada e a posição da Instituição como entidade central, responsável pela definição de normas e políticas foi estabelecida. O ano de 1982 foi marcado pela *Ley Nacional de Bienes Nacionales*, onde o acervo arquivístico foi contemplado. Em 1996, o Arquivo ganha independência de celebrar convênios que visem a recuperação e a difusão dos documentos históricos. Em 2012, foi publicada a primeira *Ley Federal de Archivos* que visava

Establecer las disposiciones que permitan la organización y conservación de los archivos en posesión de los Poderes de la Unión, los organismos constitucionales autónomos y los organismos con autonomía legal, así como establecer los mecanismos de coordinación y de concertación entre la Federación, las entidades federativas, el Distrito Federal y los municipios para la conservación del patrimonio documental de la Nación, así como para fomentar el resguardo, difusión y acceso de archivos privados de relevancia histórica, social, técnica, científica o cultural (MÉXICO, 2012, p.1).

A *Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública* foi criada em 12 de junho de 2003. A atualização de 04 de maio de 2015 estabelece as condições de acesso à informação; objetiva fomentar a cultura da transparência e o acesso à informação e a participação cidadã, cria políticas públicas de acesso, regula o Sistema Nacional e Transparência (SNT), e estabelece mecanismos para cumprimento da lei. O Arquivo faz parte do SNT que

tiene como finalidad coordinar y evaluar las acciones relativas a la política pública transversal de transparencia, acceso a la información y protección de datos personales, así como establecer e implementar los criterios y lineamientos, de conformidad con lo señalado en la presente Ley y demás normatividad aplicable (CAMPERO, 2017, p. 374).

Uma nova lei foi promulgada em 09 de maio de 2016, onde o *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* (INAI) contempla uma parceria com *Archivo General de la Nación* para classificação, conservação dos documentos e organização dos acervos.

O mais antigo dos três arquivos analisados, o *Archivo General de la Nación*, é um órgão estruturado e tradicional do México. Sua atual reestruturação física coloca a estrutura do arquivo entre as mais modernas da atualidade. Sua atual Diretora Mercedes de Vega foi nomeada em setembro de 2013 e tem trabalhado para consolidação do papel da Instituição

como órgão central e estruturante da informação nacional. Com a nova legislação a Instituição prevê um fortalecimento das suas atividades e um maior apoio dos órgãos para sua execução.

3.4 – AS TRÊS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NACIONAIS

Rousseau e Couture em sua obra “Os fundamentos da disciplina arquivística”, de 1998, descrevem que as Instituições Arquivísticas Nacionais possuem alguns elementos que o distinguem das outras instituições, são eles: a maior dimensão territorial de alcance, sendo assim há a necessidade de um sistema descentralizado, com foco na promoção das ações e criação de conselhos gestores; sua representativa como instância provedora inspira outras instituições; os desafios dessas instituições são pautados com a nova conjuntura da área, questões como leis de acesso a informação, tecnologias de informação e comunicação e suas implicações, a importância da informação na era atual, e as questões de normatizações; além da importância de serem a liderança arquivística da rede em que está inserida. Pontos que foram tratados nas apresentações de cada instituição.

Ainda sobre a mesma obra os autores definem sete funções arquivísticas básicas que são: criação/produção; avaliação; aquisição; conservação/preservação; classificação; descrição; e difusão/acesso. Tais funções devem estar presentes na execução da atividade arquivística. Sendo assim, para as Instituições Arquivísticas Nacionais tais funções são intrínsecas ao órgão, como principal instituição executora/promotora das funções arquivísticas nacionais. Diante do exposto identifica-se nas instituições analisadas se em suas estruturas contemplam cada função. Conforme tabela 1.

Tabela 1- Funções Arquivísticas e as Instituições Arquivísticas Nacionais

Funções Arquivísticas	Arquivo Nacional (Brasil)	Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado (Colômbia)	Archivo General de la Nación (México)
Criação/Produção	Possui – COGED	Possui – SUBTIADE e SUBGPD	Possui – DSNA
Avaliação	Possui – COGED	Possui – SUBGPD	Possui – DSNA com DAHC
Aquisição	Possui – COGED com COPRA	Possui – SUBGPD	Possui – DSNA com DAHC
Conservação/Preservação	Possui - COPRA	Possui – SUBTIADE e SUBGPD	Possui – DSNA com DAHC
Classificação	Possui – COGED	Possui – SUBGPD	Possui – DAHC e DSNA
Descrição	Possui – COPRA	Possui – SUBGPD	Possui – DAHC
Difusão/Acesso	Possui – COACE	Possui – SUBGPD	Possui – DPD com apoio da DAHC.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Conforme apresentado, as Instituições Arquivísticas contemplam as funções sugeridas por Rosseau e Couture, algumas exercidas por departamentos únicos e outros com função compartilhada o que demonstra uma estrutura pautada nas principais atividades da área com uma preocupação não só com o arquivo permanente como também com corrente e intermediário na promoção da gestão de documentos nos órgãos sob sua responsabilidade.

No próximo capítulo será analisado de forma mais detalhada a função difusão/acesso, na tentativa de localizar nas estruturas e ações desenvolvidas pelas das três instituições as ações educativas que visam promover uma maior integração entre a sociedade e o arquivo.

4. AÇÕES EDUCATIVAS E AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS DO BRASIL, COLÔMBIA E MÉXICO

Ao analisar as dimensões de um arquivo, chama a atenção a definição de Rosseau e Couture ao dizer “os arquivos são o espelho da sociedade que os constitui, os conserva e os explora para fins administrativos, culturais, patrimoniais ou de investigação” (1998, p.201). Para Bellotto a essência dos arquivos é fundamentada “pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas [...] de modo a preservar os testemunhos necessários ao andamento entre governantes e governados, tanto quanto dos membros dessa mesma sociedade entre si” (2017, p. 132). Dessa forma, para além das atividades das instituições arquivísticas como gestão, guarda, preservação e acesso, faz-se necessária também a difusão. Ao executar tais ações os arquivos respondem “aos seus objetivos fundamentais de servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia” (*ibid.*, p.133). Sendo assim, as ações de difusão vão de encontro com os objetivos de cidadania e historiografia, fazendo o que Bellotto intitula “o uso popular do arquivo”, onde o cidadão reconhece o acervo como fonte de direito e cultura.

Mas a difusão consegue de fato criar essa relação entre arquivo, sociedade e cidadania? De acordo com a pesquisa de Menezes, sobre a difusão e as instituições arquivísticas do sul do Brasil, as ações de difusão geraram uma melhora no relacionamento entre as instituições arquivísticas e a sociedade, onde

com maior conhecimento sobre arquivo e o acervo, os usuários passam a apresentar mais respeito e responsabilidade com relação às orientações de uso e manuseio da documentação, passam a ter intimidade com os instrumentos de busca e aumentam sua frequência de visitas/pesquisas no arquivo (2012, p.63).

Ainda sobre a mesma pesquisa ao analisar especificamente as ações de difusão educativa a mesma verificou que dentre as três vertentes de difusão essa é que apresenta melhor resultado

O enfoque para os três tipos de difusão (editorial, cultural e educativa), mencionadas através de exposições, oficinas, cursos, encontros, instrumentos de busca, periódicos, folhetos, publicações, visitas guiadas e técnicas, sendo esta última a que apresenta melhores resultados (conforme as respostas), é uma atitude que em todos os aspectos apresenta benefícios, pois agrada diferentes usuários, independente de suas preferências, uma delas lhes fará sentir atraído (*ibid.*, p.68).

E é essa função que será analisada nas instituições arquivísticas contempladas na presente pesquisa na tentativa de identificar como estão definidas essas atividades e se dentro de suas estruturas há ações educativas. Pois, muitas instituições fazem difusão, mas nem todas têm ações educativas voltadas para uma aproximação mais efetiva com a sociedade, em seus diversos públicos.

Vale lembrar que quando pesquisamos a difusão esta se apresenta em três formas, que são: editorial, cultural e educativa. Em alguns momentos a ação cultural pode funcionar como educativa, pois ambas visam promover uma atitude ativa do cidadão encontrando nos arquivos uma fonte de direito e memória, propiciando uma apropriação dos mesmos sob aquele acervo.

4.1 O ARQUIVO NACIONAL E AS AÇÕES EDUCATIVAS

No caso Brasil, o Arquivo Nacional possui em sua estrutura a Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental, composta de duas coordenações: Coordenação de Consultas ao Acervo (COCAC) e Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo (COPED). Sua função é determinada pelo regimento da instituição que institui em seu art.11º, as seguintes atividades:

- I - assessorar o Diretor-Geral no âmbito de sua atuação, **planejar de forma integrada**, coordenar e supervisionar as atividades **de acesso, difusão e divulgação do acervo arquivístico e bibliográfico da Instituição**;
- II - **editar e manter o Portal do Arquivo Nacional** e da Intranet e outros meios de divulgação eletrônica;
- III - **planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de visitaç**o de autoridades e do público em geral às instalações do Arquivo Nacional;
- IV - **coordenar a realização dos eventos promovidos pelo órgão** e supervisionar os eventos realizados por outras instituições na sede do Arquivo Nacional;
- V - exercer outras atividades determinadas pelo Diretor-Geral (BRASIL, 2011, p.8, grifo nosso).

Dentre as ações citadas os termos ações educativas e ação cultural não foram explicitados, o que consta são práticas de difusão definidas de forma macro, portanto, vamos analisar as duas coordenações sob a gestação da COACE.

A COCAC tem seu funcionamento voltado para atendimento do usuário/pesquisador presencialmente e à distância e todas as atividades intrínsecas a essa função. Já a COPED é o departamento responsável por atender as ações educativa e cultural, em seu art. 14º define que a coordenação deve:

- I - assessorar o Coordenador-Geral de Acesso e Difusão Documental no âmbito de sua atuação;
- II - promover a integração das equipes de trabalho, sob a sua administração, com as demais unidades técnicas e para os projetos definidos pela Instituição;
- III - **planejar, coordenar e realizar pesquisas histórico-culturais visando a difusão do acervo por meio de publicações, exposições, bases de dados, filmes e vídeos, sítios eletrônicos e outras mídias que incidam sobre qualquer conjunto documental sob a guarda do Arquivo Nacional** e o apoio às suas atividades técnicas;
- IV - **conceber e organizar seminários e mesas-redondas vinculadas às iniciativas da Coordenação**;

V - **conceber e planejar programa de caráter pedagógico complementar à montagem de exposições e ao desenvolvimento de sítios eletrônicos e outras ações de difusão do acervo;** e

VI - executar a programação editorial, com preparação de originais e supervisão dos trabalhos de revisão e editoração (ibid., p. 10, grifo nosso).

Tais práticas ficam claras nos itens III a V, com ações como: exposições, vídeos, filmes, *websites*, organização de eventos, e desenvolver programas com viés pedagógico. Desde ano de 2011, a coordenação possui essa competência, mas foi no ano de 2017 que as ações de cunho pedagógico começaram a ganhar força na instituição, com a criação de um grupo de trabalho específico para atender a essa demanda, intitulados de Equipe de Educação em Arquivos (EDARQ), que tem como objetivo “identificar e propor ações educativas que promovam a aproximação com as práticas arquivísticas em diferentes setores da sociedade contribuindo para a percepção do documento de arquivo como parte integrante do nosso patrimônio documental” (ASCOM, 2017a).

As atividades do EDARQ têm ganhado espaço demonstrando assim uma nova postura do AN para a questão. No *site* da instituição, na página principal, o quinto tópico no lado direito da página é “Educação”, que se subdivide em duas áreas: Escola virtual e Oficinas Pedagógicas.

Figura 4 – Website do Arquivo Nacional



Fonte: Site do Arquivo Nacional . Disponível em :<<http://arquivonacional.gov.br/br/educacao.html>>. Acesso em 15 abr. 2018.

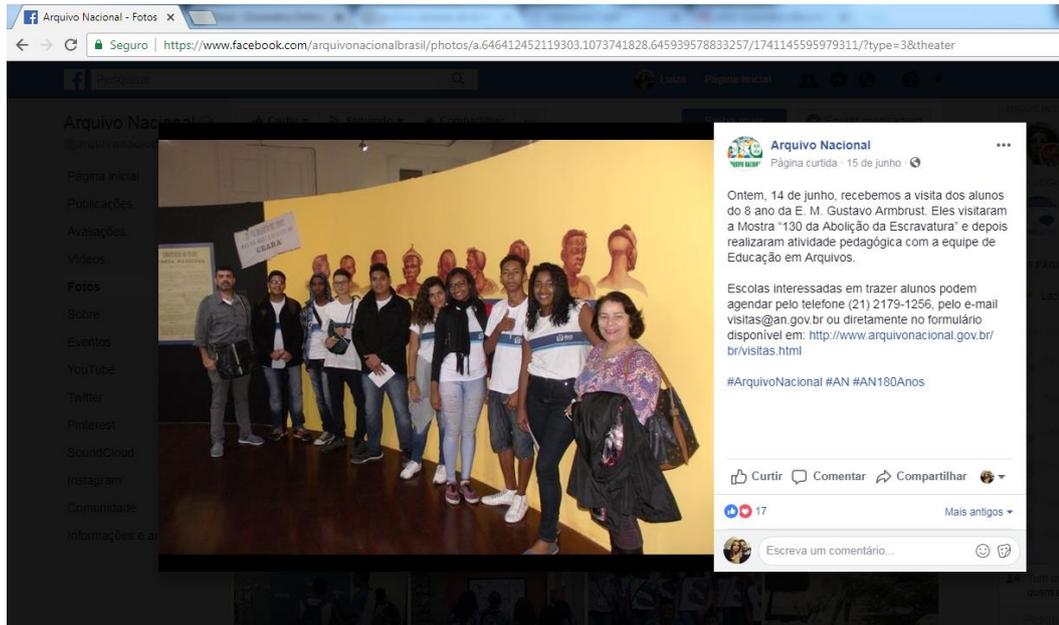
No entanto, o que são as duas linhas de trabalho apresentadas? A Escola virtual é uma atividade voltada para criação de ações específicas com as instituições de ensino. O EDARQ se coloca de forma muito aberta para construção dessas oficinas conforme demanda da instituição solicitante, um processo de estruturação conjunta. De acordo com as informações

disponíveis no *site*, eles buscam “o diálogo com as instituições de ensino, da educação básica ao ensino superior, oferecendo oficinas especializadas, visitas ao arquivo, material de apoio aos professores, promovendo e participando de cursos, encontros e seminários na área” (ASCOM, 2017a). Dessa forma, conseguem então atender de forma precisa a demanda educacional dos alunos que irão realizar a atividade. Convergindo com a colocação de Bellotto que deve haver uma parceria entre arquivista e professor no planejamento e elaboração das atividades educativas, onde se deve fixar “o planejamento dos trabalhos e que se estabeleça um cronograma de atividades” (2002, p. 24). Esse trabalho em conjunto é fundamental para que se consiga uma ação produtiva e de “assimilação do conhecimento por parte dos estudantes” (*ibid.*).

Já as Oficinas Pedagógicas visam “promover atividades que propiciem o reconhecimento e democratização do patrimônio documental brasileiro, especialmente o do acervo do Arquivo Nacional” (ASCOM, 2017a). Nesse sentido, foi criada uma sala exclusiva para realização dessas dinâmicas, com “atividades lúdicas e multissensoriais, facilitar o acesso da juventude à memória e às documentações brasileiras, ajudando na consolidação de uma participação ativa e cidadã no direito à informação” (*ibid.*). Essa estratégia de abordagem favorece não só uma maior compreensão dos participantes do que vem a ser o acervo sob custódia da instituição, como também promove a conscientização da sua importância e seus direitos. O projeto ainda possibilita auxiliar os educadores na construção de planos de aula utilizando como recurso pedagógico os documentos do arquivo, o que vai de encontro com Base Nacional Comum Curricular, do Ministério da Educação, onde as questões de patrimônio em suas diversas formas devem constar no processo de educação básica (*ibid.*).

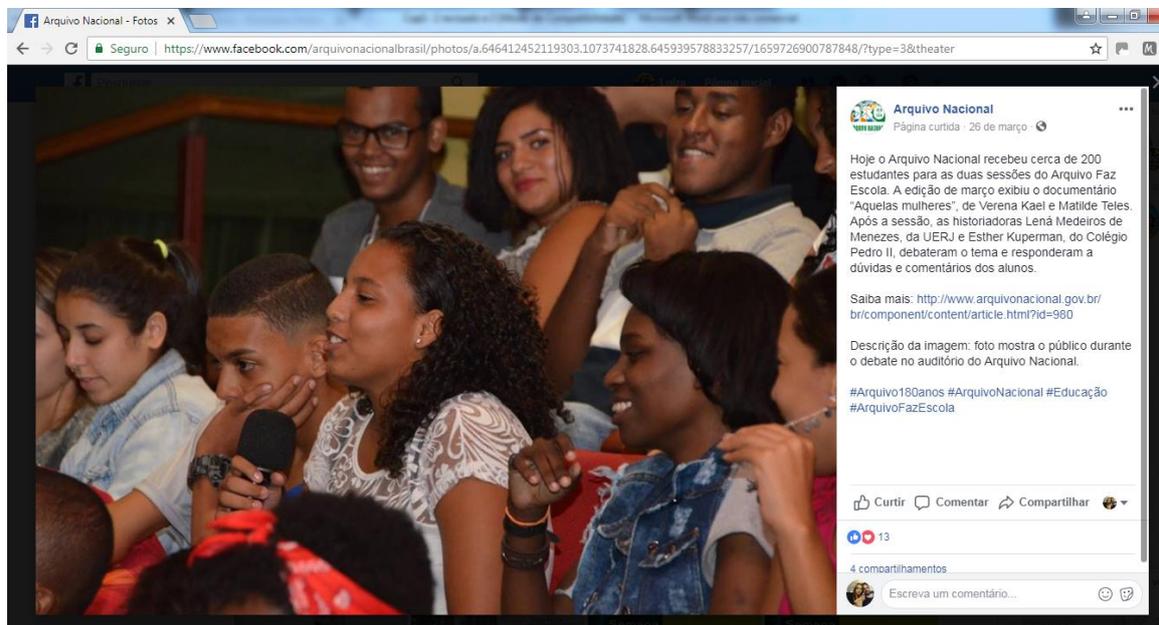
Ainda sobre as ações exercidas pela EDARQ, eles são responsáveis pelo projeto “Arquivo faz Escola” que são exposições de filmes nacionais, seguido de rodas de conversa sobre o filme apresentado, realizado mensalmente. Tal trabalho tem como um foco as escolas, geralmente alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental e estudantes do ensino médio, permitindo também a participação da sociedade em geral. Para participar basta realizar a inscrição gratuitamente. No mês de junho foi exibido o documentário “Os subterrâneos do futebol”, de 1965, que faz uma abordagem sobre os bastidores do futebol, pois estamos no mês e ano de Copa do Mundo (ASCOM, 2017b).

Figura 5 - Visita dos alunos da rede pública de ensino ao AN



Fonte: *Facebook* do Arquivo Nacional. Disponível em :<
<https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/photos/a.646412452119303.1073741828.645939578833257/1741145595979311/?type=3&theater>>. Acesso em 20 jun.2018.

Figura 6 - Sessão do Projeto Arquivo Faz Escola



Fonte: *Facebook* do Arquivo Nacional. Disponível em :<
<https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/photos/a.646412452119303.1073741828.645939578833257/1659726900787848/?type=3&theater>>. Acesso em 20. jun.2018.

Algumas outras práticas de difusão também são executadas pela instituição, como:

- Publicações: técnicas, como manuais e normativas; a revista *Acervo*, criada em 1986, que trata de temas das ciências humanas e sociais aplicadas, com especial atenção para

história e arquivologia; Prêmio Nacional Maria Odila Fonseca, que premia os melhores trabalhos na área de Arquivologia do país, da graduação a pós-graduação; Prêmio Memórias Reveladas, que gratifica as monografias que fazem uso dos documentos do período de ditadura militar;

- Eventos: como o projeto “Arquivo em Prosa” um debate mensal, com “temas vinculados à relação do(s) arquivo(s) com áreas como cultura, literatura e artes, além de abordar assuntos mais técnicos como preservação, paleografia e educação patrimonial” (ASCOM,2017b); lançamento de livros; cerimônia de entrega dos certificados do Programa Memória do Mundo da UNESCO; o projeto “ Com a palavra, o usuário” , também mensal, trás pesquisadores renomados que narram sua trajetória de pesquisa no Arquivo Nacional demonstrando as facilidades e as dificuldades nesse trabalho; mesas redondas com temáticas variadas voltas para Arquivos; simpósios; workshop; teatro; além da exibição de filmes a instituição conta também com o projeto “Arquivo em Cartaz” um festival internacional de cinema e arquivo, com “mostras temáticas, oficinas, workshop, debates, sessões cine-escola, encontros, diálogos, exposição e atrações artísticas” (ARQUIVO EM CARTAZ, 2017);

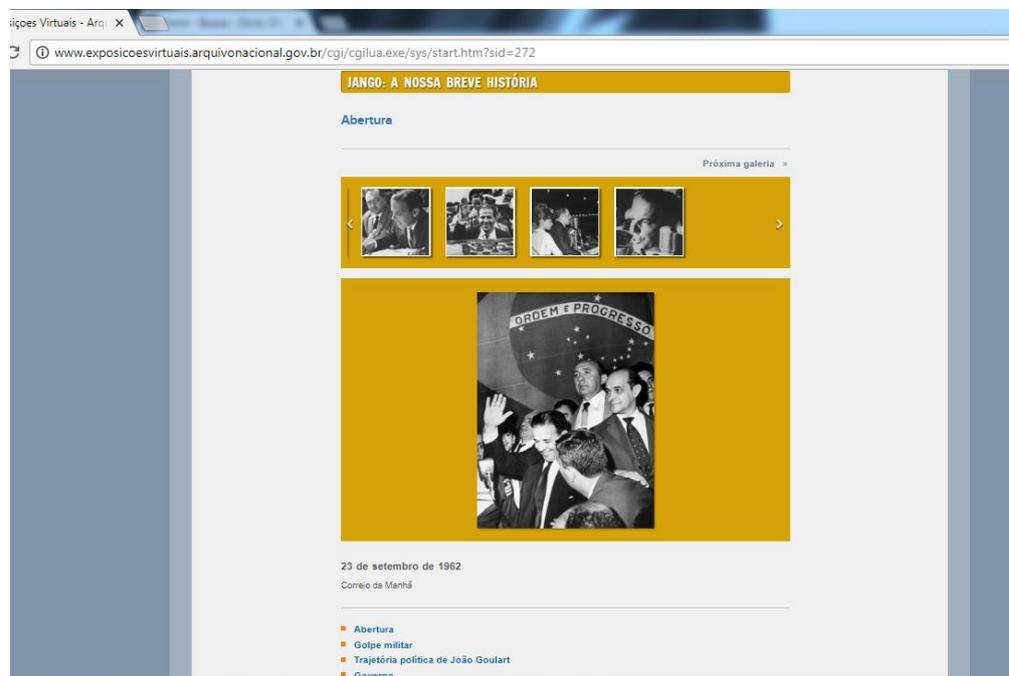
- Exposições: as exposições presenciais acontecem desde 1989, vale ressaltar que as exposições podem ser itinerantes, com empréstimos do acervo, promovendo assim maior acesso. Desde 2005, as exposições ocorrem também na Instituição que conta com um espaço amplo e de fácil acesso para os visitantes. A modalidade visita guiada também é oferecida mediante marcação, com possibilidade de abordagens direcionadas, se assim for solicitado. As exposições virtuais tiveram seu início em 2007, com mais de 20 exposições disponíveis no *website*, essa modalidade proporciona ao usuário um passeio pelo acervo da instituição com as mais diversas temáticas. Com layout simples e intuitivo, conta com uma explicação da exposição, e a navegação pelas galerias da exposição, com legendas das fotografias e possibilidade de ampliação das fotos;

Figura 7 - Website das Exposições Virtuais do AN



Fonte: Website do Arquivo Nacional. Disponível em :< <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em 15 mai. 2018.

Figura 8- Exposição virtual - Jango : A nossa breve história



Fonte: Website do Arquivo Nacional. Disponível em :< <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=272>>. Acesso em 15 mai. 2018.

- Sites temáticos: são projetos que foram desenvolvidos pelo arquivo, que visam auxiliar o usuário nas pesquisas, são eles: Arquivo Nacional e a História Luso- Brasileira;

Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso- Brasileira; Centro de Informação de Acervo dos Presidentes; e Retratos Modernos;

- Arquivo na História: é uma parte da página virtual também temática, o que diferencia dos “sites temáticos”, onde nesse projeto são destacadas algumas séries e acervos da Instituição, com um resumo do evento histórico ou da personalidade abordada. Essa ação propicia ao usuário uma visão ampla e diversificada do acervo além de estimular pesquisas no acervo;

Figura 9- Site Arquivo na História



Fonte: Website do Arquivo Nacional. Disponível em : <http://arquivonacional.gov.br/br/arquivo-na-historia.html>. Acesso em 28 jun. 2018.

- Visitas: são divididas em 3 tipos, as culturais que atendem o público em geral de segunda a sexta, 08h às 17h, com duas visitas guiadas ao dia; as visitas técnicas também realizadas no horário de funcionamento na instituição necessitam de agendamento prévio que propicia o conhecimento das técnicas de tratamento, gestão, preservação, difusão e acesso, essa opção também é realizada na regional de Brasília; e as educativas partem da linha de trabalho “Escola Virtual”;

- Outras opções do site: a consulta ao acervo, aos instrumentos de pesquisa e uma base de dados ampla; o usuário pode baixar papel de parede temático com imagens do acervo; o sítio eletrônico conta também áreas voltadas para as funções primárias de um arquivo na gestão e tratamento do acervo do executivo federal.

Figura 10- Site de Consulta ao Acervo do AN



Fonte: Website do Arquivo Nacional. Site Consulta ao Acervo- Disponível em :<<http://arquivonacional.gov.br/br/consulta-ao-acervo.html>>> Acesso em 15 mai. 2018.

O Arquivo Nacional também está presente nas redes sociais: no *Facebook* conta com 49.009 seguidores, e mais de 48.515 curtidas; no *Instagram* conta com 33,5 mil seguidores; *Twitter* com 84,3 mil seguidores; *Youtube* conta com 1,7 mil seguidores, com 79.805 visualizações; *Flickr* com 96 seguidores; *Pinterest* 1 mil seguidores; *Mixcloud* onde são divulgados áudios, conta com 38 seguidores; *Wikimedia Commons*, com 2.499 documentos disponíveis, entre fotos e manuscritos; e *Zappiens Experimental* com 8.915 vídeos disponíveis para os usuários.

Fazendo uso das três linhas de difusão o AN demonstra assim uma abertura maior à população. As atividades mais tradicionais são estratégias utilizadas há algum tempo, como: as publicações, exposições, visitas, e eventos voltados para área dos arquivos e história como seminários e palestras. Dentre os projetos da instituição o agora intitulado “Arquivo em Cartaz”, antigo REcine, abre o AN para sociedade em geral compreender a estratégias de ações arquivísticas e sua integração com o cinema, com uma série de atividades gratuitas. A inserção do arquivo nas redes sociais, no caso nove, indica uma tentativa de chegar ao grande público apresentando não somente seu acervo rico, único e diverso como sua importância. As redes sociais contam com mais 169.640 seguidores no total, onde o *Twitter* é a rede com mais seguidores. A estratégia de presença nas redes sociais é uma tendência de uma sociedade cada vez mais virtual, assim como a de acesso ao acervo via *site*. No caso a instituição está acessível a sua base de dados e também a seus instrumentos de pesquisa.

Apesar de recente as ações educativas do AN contam com linhas de atuação clara, permitindo uma compreensão fácil de suas práticas, com atendimento específico, filmes mensais e visitas especiais, permite uma interação arquivo-escola possibilitando a compreensão da função primária do arquivo e sua importância como patrimônio da sociedade. O EDARQ visa atender a uma lacuna da Instituição que há bem pouco tempo encontrava-se bastante fragilizada, no que diz respeito às ações educativas espera-se que suas atividades possam repercutir na formação de cidadãos mais conscientes. Gomes e Monteiro trazem justamente essa visão onde “a aproximação de instituições de ensino e instituições arquivísticas pode representar um passo importantíssimo para a formação de cidadãos, escolas com sistemas de ensino melhores e instituições arquivísticas mais próximas da sociedade” (2016, p. 67).

4.2 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO E AS AÇÕES EDUCATIVAS

Comemorando 150 anos de existência, o AGN conta com quatro subdireções, de acordo com decreto nº 2.126, de 16 de outubro de 2012, que regula a estruturas e as funções da Instituição. A *Subdirección de Gestión del Patrimonio Documental* (SUBGPD) conta com o dever de: realizar o tratamento técnico do acervo, executar as ações de descrição, restauração, conservação e preservação; parecer técnico sobre tabelas de classificação e de temporalidade; avaliação de acervos de interesse público; registro dos arquivos do país; avaliação de doações; pesquisas sobre o acervo do AGN; e ações de difusão, que em seu art.11º, prevê:

1. Proponer a la Dirección General la formulación y aplicación de políticas, normas, planes, programas, proyectos y procedimientos para salvaguardar, proteger, recuperar, conservar, sostener y divulgar el patrimonio archivístico y documental de la Nación y su disponibilidad para el servicio de la comunidad. [...]

4. Diseñar estrategias y programas en materia de protección, conservación, recuperación y divulgación del patrimonio documental del país, conservado en archivos públicos y privados. [...]

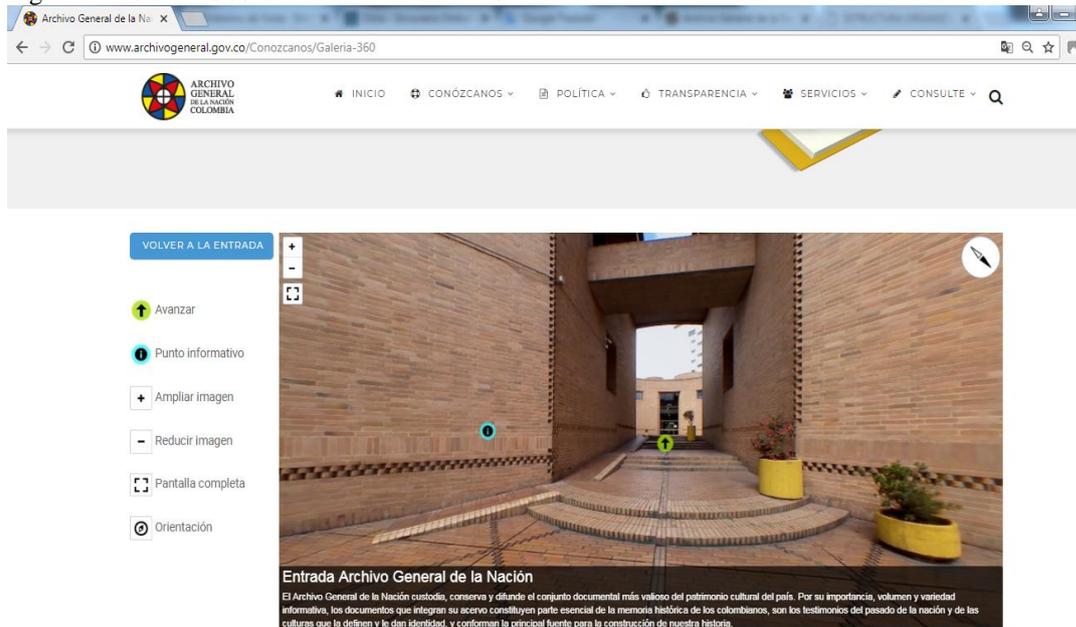
6. Desarrollar los diferentes procesos técnicos tendientes a la organización, descripción, conservación, reproducción, **divulgación y servicio de los documentos que conserva el Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado.** [...]

13. Coordinar investigaciones que permitan identificar los arcellivos y fondos documentales de valor patrimonial para facilitar su preservación, conservación, recuperación, **divulgación** y custodia.

14. Divulgar el patrimonio documental que conserva el Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado y otros archivos del Sistema Nacional de Archivos (COLÔMBIA, 2012, p. 10-11, grifo nosso).

As principais ações de difusão da Instituição estão sob a responsabilidade da SUBGPD que deve propor políticas, estratégias e divulgação do acervo, tanto do AGN como das instituições pertencentes ao Sistema Nacional de Arquivos, mas em nenhum momento descreve se as atividades propostas são educativas ou culturais. Ao checar as informações sobre a Subdireção no *site* da instituição as visitas constam como uma de suas práticas. Na descrição sobre as visitas no AGN, estas devem ser agendadas, com grupo máximo de 25 pessoas, com duração estimada em 90 minutos. Onde é realizada uma abordagem sobre a história do prédio, visita as áreas de tratamento técnico, com vistas a sensibilizar sobre a importância do trabalho exercido e do acervo ali sob sua guarda e o valor deste para a sociedade. Ainda sobre a visita, a página virtual fornece a opção de visita 360° virtual, uma experiência interessante para quem não tem a oportunidade de ir a Bogotá.

Figura 11- Galeria 360° - Visita Virtual no AGN



Fonte: WebSite do AGN. Disponível em :<<http://www.archivogeneral.gov.co/Conozcanos/Galeria-360>> Acesso em 15 mai. 2018.

Já a *Subdirección del Sistema Nacional de Archivos* (SUBSNA) têm suas ações voltadas para estimular e promover a qualificação arquivística das instituições que fazem parte do SNA, há uma atividade voltada para difusão, em seu art. 9º, “13. **Implementar estrategias de promoción, comunicación y divulgación para informar al ciudadano la misión del Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado y de las demás**

instituciones que conforman el Sistema Nacional de Archivos” (*ibid.*, p.8, grifo nosso). Sua prática é delimitada na divulgação sobre a missão das instituições do SNA e do AGN.

Ao verificar as obrigações da *Dirección General* identifiquei que esta possui algumas ações de difusão, como: gerir pesquisas nos arquivos sobre seu acervo e seus usos, dentre eles culturais, científicos e históricos; aprovar publicações; celebrar contratos e convênios com instituições educativas e culturais, conforme art. 4º, do mesmo decreto:

2.Dirigir procesos de investigación a partir de la información contenida en los distintos archivos de la Nación, sus fuentes primarias y el uso y consulta de los archivos **con fines culturales, científicos, históricos** y técnicos. [...]

6.Aprobar la publicación de obras de interés archivístico, impresas y digitales que contribuyan a difundir los avances de la archivística, las actividades de la Entidad y su patrimonio documental o de otros archivos de interés cultural. [...]

12.Expedir los actos administrativos y celebrar los contratos necesarios para la gestión administrativa, los convenios de cooperación financiera o técnica nacional e internacional, **estableciendo relaciones y acuerdos de cooperación con instituciones educativas, culturales**, de investigación y con archivos extranjeros.[...]

14.Establecer relaciones y acuerdos de cooperación con instituciones educativas, culturales, de investigación y con archivos extranjeros (*ibid.*, p.3-4, grifo nosso).

Ressalta-se, porém que essa não é a principal atividade da Direção como responsável geral da Instituição. É comum que dentro suas responsabilidades haja o apoio e a supervisão das ações de cada departamento e que necessitem de sua aprovação.

As ações de difusão encontram-se como objetivos do AGN, de acordo com a Lei nº 80 de 1989, decreto nº1777 de 1990 e decreto nº 106 de 2015, são elas:

seleccionar, organizar, conservar y divulgar el acervo documental que integre el Archivo de la Nación así como el que se le confíe en custodia; establecer relaciones y acuerdos de cooperación con instituciones educativas culturales, de investigación y con archivos extranjeros; organizar seminarios, congresos, cursos, talleres y pasantías conducentes al mejor desarrollo de la actividad archivística; e publicar y difundir obras de interés archivístico.(ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO, 2017a).

É importante salientar que os objetivos estão voltados, em especial, para difusão das práticas arquivísticas e de editoração.

Na tentativa de localizar as ações educativas e culturais da instituição realizei uma pesquisa no *website* do AGN e encontrei algumas ações de difusão, são elas:

- Publicações: técnicas, manuais e infográficos; a Revista Memória que versa sobre a temática da Arquivologia e História ; boletim informativo mensal , o “Contacto”, que contém todas as atividades e projetos em andamento da Instituição; e o portfólio do AGN que realiza uma gama de atividades de consultoria, que são cobradas, entre elas: diagnóstico de arquivo, sistema de qualidade para contratação de terceirizados, assessoria técnica especializada, organização documental, confecção de inventário, serviço de guarda (depósito), administração

integrada (gestão de documentos completa), microfilmagem, digitalização, conservação documental, e construção da história institucional.

- Eventos: cursos de capacitação técnica sobre as mais diversas temáticas da área, em sua maioria voltada para público em geral, algumas pagas outras gratuitas, cabe ressaltar que a instituição está desenvolvendo uma plataforma virtual de aprendizagem; Dia Internacional e Nacional do Arquivo, são datas também comemoradas no AGN com seminários temáticas e visitas e exposições.

- “*Oferta Cultural*”: está é uma parte do *site* que explica o atendimento cultural do AGN, ele divide em duas principais ações: *Eventos Académicos* e *Becas de Estímulo Minicultura*. A primeira atividade se subdivide em dois projetos, o “*Catedra AGN Investigación y Fondos Documentales*”, que visa qualificar os pesquisadores e interessados na área para uso e metodologias das fontes primárias, e o “*Coloquios de Historia Institucional*” onde o usuário tem a possibilidade conhecer a história do arquivo e também da formação do acervo documental em todo país. A segunda linha são as “*Becas de Estímulo Minicultura*” bolsas fornecidas pelo Ministério da Cultura, em parceria com a instituição, para desenvolvimento de projetos em linhas definidas pelo arquivo. Ainda nessa parte da página as exposições são citadas, como uma forma do cidadão entrar em contato com o patrimônio documental nacional.

- Projeto “*Archivo de Puertas Abiertas*” ocorre desde 2013, onde o AGN recebe pessoas das mais diversas partes do país, alunos de escolas públicas/privadas e público em geral, para atividades de capacitação e exposições, favorecendo o conhecimento sobre as funções do arquivo e sua importância.

- Comemoração dos 150 anos do Arquivo, algumas atividades foram desenvolvidas com as crianças: como a oficina de papel marmorizado, uma série de seminários temáticos, visitas escolares na instituição e a participação na Feira Internacional de Livros de Bogotá, que contemplou a história da comunidade deficiente auditiva da Colômbia. Essa última convergindo com as palavras de Payne, onde

los programas educativos de los archivos de nivel nacional deben enfocarse con una apreciación de su capacidad para jugar un papel importante, tanto en la redefinición de los valores históricos, lo que parece conveniente en la mayor parte de los países en desarrollo, como en la tarea de conseguir que sea reconocida la necesidad de volver a analizar los puntos de vistas existentes (por una u otra razón) sobre las minorías en la mayor parte de los países desarrollados (1986,p. 117).

- Programa de rádio: chamado “*La Memoria de la Nación*” é transmitido pela UN Radio, 98.5FM, toda sexta-feira ao meio dia. A rádio UN é da *Univeridad Nacional del*

Colombia. O programa visa divulgar a história nacional por meio de seus documentos, ademais, esclarece os trabalhos realizados pela instituição, avanços e projetos realizados em várias regiões do país, propiciando uma maior interação com a sociedade (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN JORGE PALACIOS PRECIADO, 2017b).

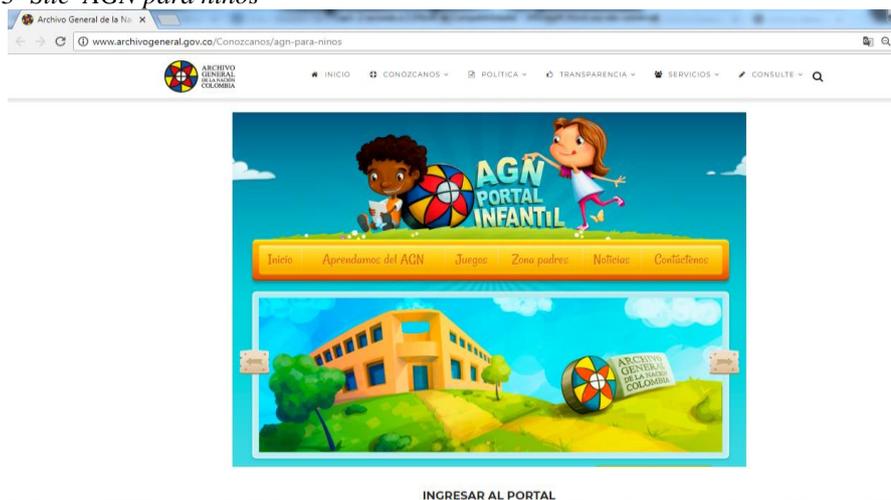
Figura 12- Gravação do Programa de Rádio do AGN



Fonte: Flickr do AGN - Disponível em : <https://www.flickr.com/search/?similarity_id=36403352636&safe_search=1>. Acesso em 15. jun. 2018.

- Site especializado para público infantil e adolescente: acessível pela área “Conózcenos”, através do link “AGN para niños, niñas y o adolescentes”.

Figura 13- Site AGN para niños



Fonte: Website AGN Disponível em :< <http://www.archivogeneral.gov.co/Conozcanos/agn-para-ninos> >. Acesso em 15 mai. 2018.

O website tem como objetivo explicar os serviços do AGN de forma lúdica e com uma linguagem mais acessível. A página está dividida em cinco partes, são elas: *Aprendamos del*

AGN; *Juegos*; *Zona padres*, *Noticias*; e *Contactenos*. Na primeira parte tem-se a explicação do que é o *Archivo General de la Nación* e o que é um arquivo. A segunda parte tem um jogo “*Ninja run*” que não têm ligação com a questão arquivística. “*Zona padres*” uma área destinada à comunicação entre pais e filhos, ao preencher o cadastro os responsáveis recebem imagens para trabalhar com as crianças atividades que o arquivo exerce. A penúltima parte do *site* com notícias de atividades que ocorrem na Instituição voltada para as crianças, como show de mágicas e novena. E a última área para contato com o AGN. A página para crianças é nova começou a funcionar em outubro de 2017.

- Acesso ao acervo pode ser feito presencialmente, via sítio eletrônico ou pelo aplicativo *ArchiApp*. Na página as buscas podem ser realizadas de forma simples ou avançada. Já o aplicativo fornece uma série de ações interativas do usuário, com: Imagens do dia; Agenda de eventos do AGN; publicações; manuais; infográficos, com temas Arquivos e Transparência, Arquivos e Direitos Humanos, Como organizar Arquivo Pessoal Digital, entre outros; Apresentações; Consultas públicas; Cápsulas Animadas, vídeos curtos explicativos; Cursos virtuais; Exposições; Mapa com a localização dos Arquivos Históricos e Museus do país; Notícias; Acesso ao Acervo; Checagem de *QR Code*; opção de o usuário incluir um Arquivo; Normas; a visita 360º; e Informações sobre a Instituição.

Figura 14- ARCHDOC – base de acesso ao acervo

The screenshot shows the ARCHDOC website interface. The browser address bar displays the URL: consulta.archivogeneral.gov.co/ConsultaWeb/elemento-del-cuadro.jsp?id=2891541&total=62&ini=20&fin=40. The page title is "Inicio >> 1. COLONIA/Sección Colonia (1543 / 1893) 62 fondos (2676 legajos)". The main content area is titled "Elemento del Cuadro" and includes a "Ver Descripción" button. Below this is an "Información" section with a "Contexto Jerárquico" and a table of metadata:

Contexto Jerárquico	Título	Sección Colonia
• Archivo General de la Nación de Colombia	Signatura	1. COLONIA
• Sección Colonia	Fecha Inicial	1543
	Fecha Final	1893
	Nivel	Sección
	Archivo	Archivo General de la Nación de Colombia

Below the metadata is a table of search results with columns: Titulo, Fecha Inicial, Fecha Final, Signatura, Nivel, Volumen/Folios, and DESC DOC IMG. The results are as follows:

↑ ↓ Titulo	↑ ↓ Fecha Inicial	Fecha Final	↑ ↓ Signatura	Nivel	Volumen/Folios	DESC DOC IMG
Papel Sellado.SC.45	1641	1810	PAPEL-SELLADO.SC.45	Fondo	Legajos: 1-2 (2)	[DESC] [DOC] [IMG]
Real Audiencia.SC.50	1551	1832	REAL-AUDIENCIA.SC.50	Fondo	Legajos: 1-44 (Legajo 16 Bis)	[DESC] [DOC] [IMG]
Tierras.SC.59	1552	1828	TIERRAS.SC.59	Fondo	Legajos: 1-218 (218)	[DESC] [DOC] [IMG]
Competencias.SC.13	1573	1819	COMPETENCIAS.SC.13	Fondo	Legajos: 1-8	[DESC] [DOC] [IMG]
Correos.SC.18	1688	1819	CORREOS.SC.18	Fondo	Legajos: 1-17	[DESC] [DOC] [IMG]

Fonte: Website AGN - Disponível em :< <http://consulta.archivogeneral.gov.co/ConsultaWeb/>>. Acesso em mai. 2018.

Figura 15- Tela Inicial do *ArchiApp*



Fonte: Google Play, ArchiAppPágina.– Disponível em :<
<https://play.google.com/store/apps/details?id=co.agn.archiapp>>. Acesso em mai. 2018.

A acessibilidade também é um dos pontos positivos da instituição que oferece o serviço de inclusão, um trabalho recente do AGN que visa atender aos cidadãos com deficiência auditiva e visual, com apoio das principais entidades do assunto no país, foi instalado *software* específico na sala de consultas para atendimento aos deficientes visuais e implementado o serviço de linguagem dos sinais para atender as pessoas com deficiência auditiva.

O AGN também está presente em cinco redes sociais, como: *Facebook* 20.482 seguidores, *Instagram* com 1.332 seguidores, *Youtube* 797 seguidores, *Twitter*, 941 seguidores e *Flickr* 15 seguidores. Perfazendo um total de 23.567 seguidores.

É importante verificar que a instituição tem pautado suas ações em estratégias de difusão virtuais, como: *site* com layout moderno, aplicativo com diversas funções interativas e presença nas principais redes sociais. Mas tais presenças e práticas são convertidas em ações educativas e culturais? As ações educativas ou culturais no *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado* não foram localizadas em seu estatuto, entretanto ao pesquisar pelo *site* foi possível reconhecer algumas práticas que podem ser compreendidas como ações educativas e culturais e não apenas de divulgação, como: exposições; visita tanto presencial como virtual; *website* específico para crianças e adolescentes; uma agenda intensa de cursos e seminários; projeto “*Archivo de Puertas Abiertas*”; e o programa de rádio. Atividades importantes para ampliar a relação arquivo-sociedade, no entanto não se identifica uma política de ação educativa e nem cultural, o que pode gerar de acordo com Bellotto riscos a instituição, onde:

a política de ação cultural do arquivo deve estar muito bem e firmemente delineada: qualquer desproporção ou dimensão mal equacionada pode trazer prejuízos políticos e científicos para o arquivo. Só dentro dessa proporcionalidade e adequação é que as iniciativas culturais serão louváveis. (2017, p.140).

4.3 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN E AS AÇÕES EDUCATIVAS

O Arquivo Nacional mais antigo dos três analisados tem na *Dirección de Publicaciones y Difusión* (DPD) a principal diretoria de difusão, e esta é dividida em dois departamentos, são eles: *Departamento de Impresión* (DI) e *Departamento de Publicaciones* (DP). As principais ações de difusão (editorial, cultural e educativa) do DPD, conforme art.28, são:

I.Coordinar la preparación, publicación y distribución, en forma onerosa o gratuita, de las obras y colecciones necesarias para apoyar el conocimiento del acervo del Organismo, así **como promover la cultura archivística**, de consulta y aprovechamiento del patrimonio documental de la Nación, a través de **un programa editorial anual** con publicaciones impresas y/o electrónicas;[...]

III. Establecer y supervisar el programa anual de actividades culturales, así como su difusión a través de los canales tradicionales y de las nuevas tecnologías;[...]

V. Supervisar la actualización permanente del Portal del Organismo;[...]

VIII. Establecer y coordinar las exposiciones del acervo histórico, los programas de visitas guiadas a instituciones educativas, agrupaciones y personas que así lo soliciten y las campañas que permitan informar a la sociedad sobre las actividades del Organismo;

XIII. Promover la elaboración y difusión de materiales de divulgación de la actividad del Organismo;

XV. Coordinar y supervisar el proceso de prensa y de pre-prensa de las obras a publicar;

XVI. Proponer al Director General **convenios interinstitucionales en materia de difusión y divulgación** del acervo documental del Organismo;[...]

XX. Difundir los objetivos, programas y acciones del Organismo;[...]

XXIV. Captar, analizar y procesar la información que difunden los medios de comunicación acerca del Organismo y proponer, en su caso, acciones preventivas para evitar desinformación en la opinión pública (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN,2014, p.13-14, grifo nosso).

Ressalta-se em suas demandas que não há menção direta a uma atividade educativa, e sim visitas guiadas de instituições educativas, a grande maioria das ações está voltada para difusão editorial. Quando analisamos a ação cultural temos o inciso III, que visa definir e promover um calendário anual de atividades.

Algumas ações da DPD são em conjunto com outras diretorias, como criação das políticas e procedimentos de difusão do acervo, em parceria com a *Dirección del Archivo Histórico Central* (DAHC), art.26,

V. Establecer, conjuntamente con las direcciones de Publicaciones y Difusión, así como de Tecnologías de la Información, **las políticas y procedimientos de difusión de los documentos históricos y el patrimonio documental de la Nación resguardado por el Organismo, con independencia del soporte en el que se encuentre;**

VI. Fomentar el aprovechamiento institucional y social de los acervos documentales en el país, desde una perspectiva de transparencia y acceso a la información de conformidad con los requerimientos ciudadanos de consulta,

investigación y divulgación (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2014, p.11, grifo nosso).

Além disso, cabe ao DAHC: fomentar um melhor uso social e institucional do acervo, ao encontro das políticas de transparência ativa; apoiar as pesquisas de tratamento e de acervo; definir práticas e supervisionar o serviço de consulta e reprografia.

Cabe a *Dirección Geral* aprovar: os programas de difusão, e o planejamento editorial da Instituição. Já a *Dirección del Sistema Nacional de Archivos* tem como uma de suas obrigações, de acordo com *Estatuto Orgánico del Archivo General de la Nación*, em seu art.25, “V. *Fomentar el aprovechamiento institucional y social de los acervos documentales en el país, desde una perspectiva atenta a los requerimientos ciudadanos de consulta, investigación y divulgación*” (2014, p. 9).

Após uma análise estrutural na busca por ações educativas e ações culturais encontra-se uma série de atividades de difusão do *Archivo General de la Nación*, são elas:

- Projeto “*Noche de Museos*” – são apresentações culturais, como: encenação de peças e de eventos históricos, concertos, shows de danças. Os eventos são gratuitos e tem lotação máxima de 100 pessoas, mensal.

Figura 16- Projeto "Noches de Museos"



Fonte: *Website do Archivo General de la Nación* . Disponível em :< <https://www.gob.mx/agn/galerias/primera-noche-de-museos-del-2018-en-el-agnmex>> Acesso em 15. jun. 2018.

- Projeto “*Archivo de puertas abiertas*” – É um dia de visitas completas pela instituição, em suas áreas técnicas e exposições. Sobre as exposições, o arquivo conta com três no momento: uma sobre o *Archivo General de la Nación*, outra acerca da história nacional contada pelos seus documentos, e outra a respeito do prédio. Em 2018, o evento ocorreu em comemoração ao dia Internacional dos Arquivos, 09 de junho, todos os arquivos

do país aderiram a ação, as instituições ficaram dois dias abertas ao público, dias 08 e 09 de junho.

- Projeto “*Resonancia*” é de 2015 que visa dar voz aos arquivos municipais e estaduais do México auxiliando na difusão de suas ações, é uma área do *website* do arquivo voltada para essas divulgações.

- Visitas - ocorrem toda quinta-feira, ao meio dia e também ao sábado 10:00-15:30h, não é necessário agendamento e nem tem quantidade mínima de pessoas, tem a duração média de uma hora. Mas há a opção de agendar, com mínimo de cinco pessoas e pode ser incluída uma oficina, o departamento de educação irá confirmar a atividade. As oficinas têm o custo de desarquivamento dos documentos escolhidos e cópias geradas. Essa opção é chamada de “*Atención a grupos académicos*”. No formulário para agendamento tem uma área para incluir a faixa etária, escolaridade e deficiência dos visitantes, bem como objetivo da visita e se é a primeira visita a instituição. Além dessa opção o arquivo se coloca aberto para trabalhar com professores na construção de materiais didáticos ou atividades viáveis para apoiar as práticas do setor. Vale ressaltar que foi o único local que teve menção a um departamento de educação.

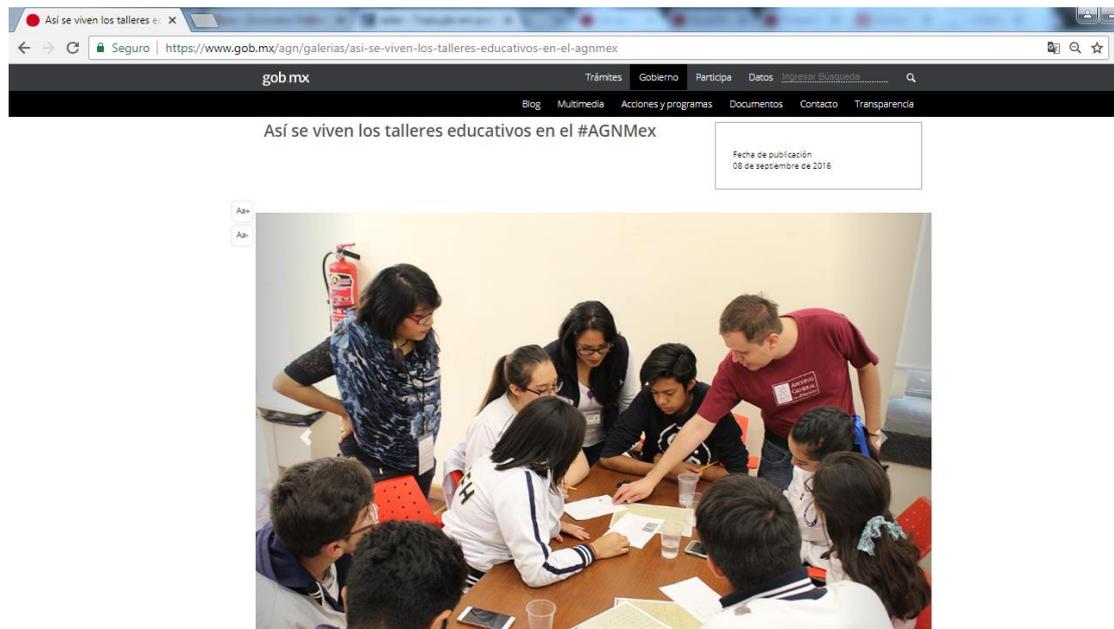
- Exposições – locais e itinerantes algumas são montadas na estação do metrô. O Arquivo estima exibir cinco exposições temporárias na própria instituição e mais de trinta itinerantes por ano. A DPD compreende que essa prática é “*para difundir el vasto acervo que se resguarda en el Archivo, la Dirección de Publicaciones y Difusión, a través del Departamento de Exposiciones implementa alternativas para captar públicos que son ajenos a las labores históricas y archivística.*” (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2015). A exposição “*Maravillas de nuestra historia*” está montada na instituição e também está disponível na Galeria do *site*. Na página virtual tem-se a opção de ver o catálogo das exposições itinerantes.

- Publicações – possui publicações técnicas e normativas; livros históricos; e a Revista “*Legajos. Boletín del Archivo General de la Nación*”, publicação com mais de 80 anos, trata das questões arquivísticas, históricas e áreas afins.

- Eventos – nesse quesito há uma diversidade de ações, como: lançamentos de livros; exibição de filmes; cursos de capacitação; seminários temáticos; sede de várias reuniões; e “*Prêmio nacional al Merito Archivístico*” que premia a instituição com as melhores práticas arquivísticas, só foi localizado o ano de 2016.

- Oficinas de educativas – atividades com escolas, mas não foram localizadas informações explicando a atividade e sua periodicidade.

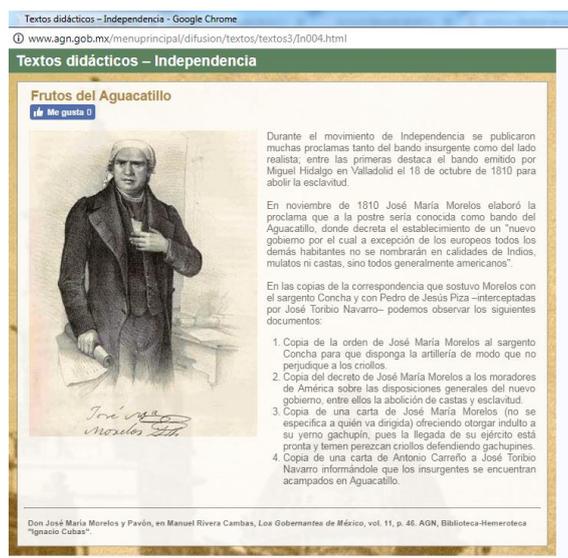
Figura 17- Galeria- Talleres Educativos



Fonte: Website do Archivo General de la Nación . Disponível em :< <https://www.gob.mx/agn/galerias/asi-se-viven-los-talleres-educativos-en-el-agnmex>>. Acesso em 15 mai. 2018.

Dentro do *site* alguns textos didáticos, dos períodos Independência, Revolução e alguns pontos históricos específicos. Os textos possuem um resumo do período e documentos do Arquivo referente ao tema que podem ser utilizados em sala de aula.

Figura 18- Textos didáticos - Independência



Fonte: Website do Archivo General de la Nación . Disponível em :< <http://www.agn.gob.mx/menuprincipal/difusion/textos/textos3/In004.html>>. Acesso em 15 mai. 2018.

- Acesso ao acervo é feito de forma presencial, no *website* o guia de fundos e um índice estão à disposição para consulta, tem-se a possibilidade de fazer pesquisa por palavras. Vários documentos encontram-se digitalizados, mas não estão disponíveis na página virtual.

Figura 19- *Guía General de los Fondos*



Fonte: *Website do Archivo General de la Nación* . Disponível em :<<http://www.agn.gob.mx/guiageneral/>>. Acesso em 15 mai. 2018.

- Site especial – “Archivos MX –Gestión Documental en Mexico”, criado em 2016 é uma página virtual específica que visa a comunicação com a população sobre as práticas arquivísticas nacionais. O projeto tem como parceria o Arquivo e Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE).

Archivos MX es un proyecto académico de difusión que busca ofrecer información básica sobre la gestión documental en México con el propósito de crear un espacio de diálogo que permita a los ciudadanos entender cómo se crean, administran y resguardan los documentos que producen las instituciones públicas (y otras de interés público) del país.

La gestión de información refiere a una secuencia de decisiones que, orientadas por la ciencia archivística, determina la vida completa de todo documento que refiera el actuar de los entes públicos: desde la proyección de cómo debe crearse, hasta la evaluación de su potencial valor histórico. Por ello, los archivos gubernamentales (los del día de hoy) construyen la identidad y la historia de una nación (ARCHIVOS MX, 2016).

Presente em três redes sociais, que são: *Facebook* com 97.440 seguidores; *Twitter* 20.900 com seguidores e *Youtube* com 503, participa também *Google Arts e Culture*. Possui um total de 118.803 seguidores. Nas redes sociais utiliza *hashtags* como #UnDíaComoHoy onde chama atenção para algum fato marcante que ocorre naquela data com imagens do acervo da instituição. No *Google Arts e Culture* disponibiliza seis exposições virtuais e tem

uma área dedicada a Frida Kahlo. O *website* passa por uma reformulação, mas ainda tem-se o acesso ao antigo que possui muito mais informações sobre o arquivo que o novo.

Com 225 anos de história o *Archivo General de la Nación* realiza várias ações de difusão com um departamento voltado para tal. Suas atividades são em sua maioria de difusão editorial e ações pontuais culturais, como o “*Noche de Museos*”, “*Archivo de puertas abiertas*”, visitas, cursos, exposições e os eventos. O site “*Archivos MX*” é híbrido na sua concepção tanto de difusão cultural como educativa. De ações educativas temos as oficinas educativas, capacitações, atividades voltadas para visitas ou as solicitações para trabalhar questões pontuais, desenvolvendo assim uma parceria arquivo-escola. Não foi possível reconhecer uma política de ação educativa, o que já é visível quando analisada as ações culturais, definida inclusive em estatuto, onde os projetos ocorrem de forma constante, em especial “*Noche de Museos*”, visitas e exposições. O que de acordo com Bellotto precisa ser revisto já que

imagem pouco conhecida do arquivo na sociedade pode mudar, se as instituições arquivísticas e os profissionais por elas responsáveis souberem levar a cabo bons programas de atividades culturais e educativas em um conjunto com os agentes e as autoridades da área de educação (2002, p. 17).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Instituição Arquivística Nacional é a principal entidade arquivística de uma nação, suas funções vão da custódia, tratamento e difusão do acervo sob sua guarda, passando pela criação de normas e políticas nacionais que visam fortalecer os valores democráticos, os sistemas de informação pública, e a cooperação nacional e internacional. Além disso, um Arquivo Nacional objetiva promover: um serviço público de acesso à informação amplo e de fácil comunicabilidade; a realização de pesquisas com fontes primárias; a educação com a utilização dos documentos como fonte de conhecimento e aprendizagem; e o multiculturalismo e multilinguismo com uso de novas tecnologias para expandir o acesso (ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ARCHIVOS, 2018).

As dificuldades enfrentadas pelos arquivos ibero-americanos, resultado da pesquisa de Jardim e Conde Villaverde (2012), demonstram instituições periféricas, com escasso recurso humano, orçamentos insuficientes, estruturas físicas deficientes e um acervo rico e diversificado. No caso dos arquivos analisados alguns pontos se mantiveram, como: equipe técnica reduzida, orçamentos baixos aquém do necessário e a riqueza dos acervos. Sobre a estrutura física, México e Colômbia passaram por uma reestruturação física e ampliaram seus espaços. Já o Brasil enfrenta dificuldades nessa questão. No que tange à atuação periférica das instituições arquivísticas nacionais, Colômbia e México têm trabalho de forma ampla para essa mudança. O AGN tem poder de polícia, ou seja, pode fiscalizar os órgãos públicos e aplicar multas em caso de descumprimento das políticas, outro ponto é referente ao trabalho em conjunto com o governo para construção de um sistema de transparência com uso das plataformas digitais, sua padronização e difusão são visíveis nas ações realizadas pela instituição. No caso do México, sua recém-aprovada Lei Federal de Arquivos, legitima o arquivo na estrutura pública e também fornece condições de implementação de políticas, as parcerias com os órgãos de transparência do país também é uma vertente de atuação. A situação política nacional brasileira não tem auxiliado ao AN a sair de sua condição periférica, a rotatividade de diretores e a instabilidade atual do país, são alguns dos fatores que corroboram para essa situação.

Detentor dos registros da história nacional, a Instituição Arquivística Nacional é espelho para os demais arquivos do país, suas práticas são analisadas e replicadas, nesse sentido trabalhar baseado em políticas públicas definidas é fundamental para que se consiga atingir os objetivos pretendidos. De acordo com Jardim:

as políticas públicas arquivísticas podem ser setoriais [...] e apresentar uma configuração nacional, regional ou local. Espera-se em qualquer circunstância, que apresentem alto grau de transversalidade, ou seja, intersecção com outras políticas públicas, tendo em vista a importância da informação para a execução de cada uma delas (2011b, p.201).

Sendo assim, é possível que a instituição estabeleça dentro de políticas macro de informação, diretrizes na área de difusão, em especial, em ações educativas. Pois, as “políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar ‘difusas’ no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas” (JARDIM, 2003, p.5).

Nesse sentido definir uma política de ação educativa é de suma importância para que a instituição arquivística possa exercer a sua função social, onde

engajar-se em política públicas que incluam programas de cooperação com as escolas, estará construindo uma incomparável aura de excelência às suas funções precípuas, contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade (BELLOTTO, 2017, p.142).

Diante do exposto, verifica-se a importância de compreender como as instituições arquivísticas nacionais contemplam as ações educativas em sua estrutura. Após levantamento dos dados foi possível observar que todos os arquivos aqui pesquisados exercem atividades de difusão, seja ela editorial, cultural ou educativa. A distinção entre as instituições está na abordagem das ações e na existência ou não de uma política para sua realização.

O Arquivo Nacional em sua estrutura organizacional tem na COACE, o departamento responsável pela difusão. Suas funções estão previstas em seu regimento interno, de 2011, e visam desenvolvimento de atividades de difusão editorial, cultural e pedagógica. A ação educativa teve sua atuação iniciada em 2017, através do grupo de trabalho EDARQ, que possui duas linhas de atuação muito bem definidas, o projeto Escola virtual e as Oficinas Pedagógicas. Conta também com o projeto “Arquivo que faz”. Além disso, algumas ações de cunho cultural que propiciam essa aproximação arquivo – sociedade também são realizadas, como: exposições presencialmente, itinerantes e virtuais; visitas em três modalidades; um *website* com áreas temáticas; presença em nove redes sociais; e os projetos “Arquivo em Prosa”, “Com a palavra, o usuário” e o “Arquivo em Cartaz”.

O *Archivo General de la Nación Jorge Palacios Preciado*, comemora 150 anos de existência, sua difusão está sob a responsabilidade da SUBGPD e suas funções são regidas pelo decreto nº 2.126, de 2012. Ao analisá-lo não foi possível indicar uma política explícita de difusão voltada para educação e cultura. O que se encontra são ações macro de política editorial e divulgação. Mas, ao verificar suas práticas é possível reconhecer ações com viés

educacional e cultural. A intensa agenda da Instituição de cursos que visam promover a compreensão do fazer arquivístico nas mais diferentes temáticas e níveis de conhecimento é um dos exemplos de ações educativas do AGN. Destaca-se também a elaboração de uma plataforma virtual de aprendizagem e a participação na Feira de Livros de Bogotá, deste ano, com atividades interativas voltadas para a história dos deficientes auditivos da Colômbia. As ações culturais são reconhecidas pelas: exposições; visitas; e os projetos: “*Archivo de Puertas Abiertas*”, “*Becas de Estímulo Minicultura*”, “*Eventos Académicos*” com duas vertentes. O programa de rádio, *website* para público infantil e o *ArchiApp*, aplicativo da Instituição, são exemplos dos diferenciais de atuação do AGN ampliando assim a relação arquivo-sociedade. Outro ponto que merece destaque nesse Arquivo, refere-se à acessibilidade, em que percebe-se uma preocupação voltada para a inclusão dos deficientes auditivos e visuais por meio de atendimento especializado dos serviços.

O *Archivo General de la Nación* tem no DPD com apoio da DAHC as diretorias responsáveis pela difusão da instituição, com políticas editoriais e culturais definidas. As ações educativas não foram contempladas em seu estatuto. Suas práticas espelham seu regimento, com ações editoriais e culturais. Como atividades culturais têm-se: os projetos “*Archivo de Puertas Abiertas*”, e “*Noche de Museos*”; eventos; exposições locais e itinerantes, chegando a montar mais de trinta no ano; e visitas. As ações educativas, são: visita voltada para atendimento de público escolar ou na elaboração de oficina específica; oficinas educativas; e material para apoio didático no *website*. O projeto “*Archivos MX*” que contempla na sua concepção as duas vertentes, cultural e educativa.

No Brasil, a política de ação educativa começa a ser implementada pelo novo grupo de trabalho EDARQ. Com uma diretriz de atuação assertiva, as atividades são divulgadas nas redes sociais e estão em destaque no *website* do AN. Já na Colômbia, a falta de uma política educacional e cultural arquivística, talvez seja o motivo de ações frequentes e singulares estarem dispersas no sítio eletrônico da instituição. O que reflete em uma dificuldade de identificação de tudo que é realizado. As ações de inclusão social são pontos relevantes nas práticas desenvolvidas pelo AGN, assim como *site* infantil, programa de rádio e o aplicativo. Com 225 anos de história, o *Archivo General de la Nación* conta com a falta de uma política arquivística educacional, as ações educativas são pontuais e pouco divulgadas. Dentre as ações culturais desenvolvidas na Instituição o projeto “*Noches de Museos*” é bem interessante com atividades diversas voltadas para trabalhar o acervo da instituição e a história nacional.

Assim sendo, fica claro que as ações educativas só atingirão seu objetivo real com a definição de políticas explícitas voltadas para uma educação que valorize o seu patrimônio,

neste caso, por uma educação arquivística. Nesse sentido, a prática apenas não é suficiente para se sustentar, é necessário um conjunto consolidado e bem definido de políticas capaz de introduzir e fortalecer a permanência de tais ações. É importante salientar que uma política de educação não está voltada apenas para a relação arquivo e escola, mas de modo geral para ações que refletem o compromisso da educação, independente do público. Quando falo de política de educação está deve estar atrelada a práticas que estimulem ao cidadão compreender a importância da instituição e de seu acervo. Dessa forma políticas e práticas de educação arquivística promovem na sociedade o reconhecimento da Instituição Arquivística Nacional como seu local de informação para pleno exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALDABALDE, T. V. Arquivologia e Pedagogia Arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. In: MARIZ, A.C.A.; JARDIM, J.M; SILVA, S.C.A. **Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p.198-212.
- ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. **Estatuto Organo del Archivo General de la Nación**. 2014. Disponível em :< https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/53612/Estatuto_Org_nico_del_Archivo_General_de_la_Naci_n.pdf >. Acesso em: 15 mar.2018.
- _____. **Acciones y Programas. Consulta el catálogo de exposiciones itinerantes del Archivo General de la Nación**. 2015. Disponível em :< <https://www.gob.mx/agn/acciones-y-programas/catalogo-de-exposiciones-itinerantes-del-archivo-general-de-la-nacion> >. Acesso em: 15 mai. 2018.
- ARCHIVO GENERAL DE LA NACION JORGE PALACIOS PRECIADO. **Conózcamos**. 2017a. Disponível em :< <http://www.archivogeneral.gov.co/conozcanos> >. Acesso em: 02 fev.2018.
- _____. **Historia**. 2017d. Disponível em :< <http://www.archivogeneral.gov.co/Conozcanos/historia> >. Acesso em: 02 fev. 2018.
- _____. **Programa Radial**. 2017b. Disponível em :< <http://www.archivogeneral.gov.co/consulte/sala-de-prensa/programa-radial> >. Acesso em: 02 fev.2018.
- _____. **Misión y Visión**. 2017c. Disponível em :< <http://www.archivogeneral.gov.co/Conozcanos/mision-vision> >. Acesso em: 02 fev.2018.
- _____. **Tesoros Documentales: Guía de Archivo General de la Nación**. 2.ed. Bogotá: Archivo General, 2016.
- ARCHIVOS MX . **Sobre el Proyecto**. 2016. Disponível :< <http://archivosmx.cide.edu/sobre-el-proyecto> >. Acesso em: 15 mai. 2018.
- ARQUIVO EM CARTAZ. **O festival**. 2017. Disponível em :< <http://arquivoemcartaz.com.br/arquiv/o-festival-1> >. Acesso em: 02 mai.2018.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. 2005.
- _____. **MAPA**. 2018. Disponível em :< http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Mapas_Livre_Painel_Resultado.asp?v_orgao_id=8594&v_CodigoOrgao=258%20-%20%20-%20arquivo%20nacional&v_aba=1 >. Acesso em: 15 mar.2018.
- ASCOM. **Educação**. 2017a. Disponível em :< <http://www.arquivonacional.gov.br/educacao.html> >. Acesso em: 16 abr.2018.
- _____. **Eventos**. 2017b. Disponível em :< <http://arquivonacional.gov.br/difusao/eventos> >. Acesso em: 15 mar. 2018.
- ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ARCHIVOS. **¿Por qué son importantes los Archivos Nacionales?**. 2018. Disponível em :< <http://www.alaarchivos.org/por-que-son-importantes-los-archivos-nacionales/> >. Acesso em: 15 jan.2018.

BANCO MUNDIAL. **GDP (current US\$)**. 2017. Disponível em: <
<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>> Acesso em : 03 nov.2017.

BARROS,D.S.; NEVES, D.A.B. Arquivo e memória : uma relação indissociável. **Transformação**,Campinas,21(I), jan.-abr.2009, p. 55-61. Disponível em :<
<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518>>. Acesso em:
 10 out. 2017.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____.Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**.Indaiatuba:São Paulo,ano I,n.I,jul. 2002, p.14-27.

_____. Arquivo e Sociedade: Políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: BELLOTTO, H.L. **Arquivo Estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.p.132-143.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12. Mar. 2017.

_____.DECRETO Nº 4.073, DE 03 DE JANEIRO DE 2002. **Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Brasília, DF, mar2017. Disponível em :<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____.LEI Nº 8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991. **Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências**. Brasília,DF,mar2017. Disponível em :< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 15 mar.2017.

_____. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Brasília, DF, mar2017. Disponível em :<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. PORTARIA Nº 2.433, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011. **Aprova o Regimento Interno do Arquivo Nacional**. Brasília, DF, mar2017. Disponível em :<
http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/PORTARIA_N%C2%BA_2433_-_Regimento_Interno_do_AN_-_24_10_2011.pdf>. Acesso em: 16 mar.2017.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resolução nº2,de jun. de 2017**. Aprovar os valores de áreas territoriais do Brasil, Estados e Municípios. Brasília, DF, 30 jun.2017, nº 124, Seção 1, pág. 96.

CABRAL, R.M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo** ,Rio de Janeiro,v.25,n.1,jan/jun.2012, p. 35-44.

CAMPERO, M.F.T. México. In: SILVA, J.A. **Directorio de instituciones archivísticas nacionales de países de tradición ibérica en América, España y Portugal y de legislaciones archivísticas nacionales de gestión y de acceso a la información pública**. Ciudad de México: Asociación Latinoamericana de Archivos, 2017.p.349-446.

CARUCCI, P. The national or federal archives systems, problems and perspectives. In: **International Conference of the round table on Archives**, 26, Madri, 1989.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

COLOMBIA. LEI Nº 80, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1989. **Por la cual se crea el Archivo General de la Nación y se dictan otras disposiciones**. Bogotá, Co, mar.2018. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Normal.jsp?i=5998>>. Acesso em: 17 mar.2018.

_____.DECRETO Nº 2126, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012. **Por el cual se aprueba la modificación de la estructura del Archivo General de la Nación Jorge Palcios Preciado, y se determinan las funciones de sus dependencias**. Bogotá, CO, mar.2018. Disponível em: <http://www.archivogeneral.gov.co/sites/default/files/Estructura_Web/1_Conozcanos/Decreto_2126_Del_16_De_Octubre_De_2012.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os arquivos**, Oslo, NOR. 2010 Disponível em: <http://www2.iict.pt/archive/doc/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT_1_.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CORTES, M. R. P. A. **Arquivo Público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**.1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 63-76.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/index.php/sistema-estadistico-nacional-sen>>. Acesso em: 02 nov.2017.

_____.**Atlas Estatístico**. Imprenta Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia, 2012.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESTEVIÃO, S. N. M.; FONSECA, V. M. M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.23, n1, jan/jun 2010, p.81-108.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRANCO, Maria Ciavatta. Estudos comparados: sua epistemologia e sua historicidade. **Trabalho & Educação**.v.7,p.129-151,UFGM,2009.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 34, ano 2009. 11p.

GARNICA, A. M. **Breve historia del Archivo de la Nación colombiana** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lisboa.luiza@gmail.com> em 23 jan. 2018.

_____. Colombia. In: SILVA, J.A. **Directorio de instituciones archivísticas nacionales de países de tradición ibérica en América, España y Portugal y de legislaciones archivísticas nacionales de gestión y de acceso a la información pública**. Ciudad de México: Asociación Latinoamericana de Archivos, 2017.p.131-158.

GOMES, P.R.; MONTEIRO, M.V.S. Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.10, 2016, p.61-80.

HEYNEMANN, C.B. **Arquivo Nacional: 180 anos**. 2018. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=diretor>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.31, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. 2015. Disponível em : <<http://www.ciscra.org/mat/mat>>. Acesso em: 12 de out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2017. <HTTPS://WWW.IBGE.GOV.BR/INDEX.PHP> Acesso : 02 nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA – INEGI. 2017a. Disponível em : <<http://cuentame.inegi.org.mx/territorio/extension/default.aspx?tema=T>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA – INEGI. 2017b. Disponível em : <<http://www.beta.inegi.org.mx/app/areasgeograficas/?ag=00#tabMCCollapse-Indicadores>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

JARDIM, J.M. Em torno uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1989-2011). In: **XII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** Brasília 2011. Anais do XII Enacib. Brasília: Thesaurus, 2011 a.

_____. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v.7, p.197-213, 2011b.

_____. O inferno de boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, E.(org.) **Acesso à informação e políticas de arquivos**. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

_____. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

_____; CONDE VILLAVARDE, M. L. Los archivos en el mundo iberoamericano. **Comma: International journal on archives**, v.2, p.39-53, 2012.

KETELAAR, E.; The difference best postponed? Cultures and comparative archival science. **Archivaria**, v.44, 1997

MATOZZI, I. Currículo de história e educação para o patrimônio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008, p. 135-155.

MENEZES, P.L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n.3, dez. 2012, p. 47-71.

MÉXICO. LEY FEDERAL DE ARCHIVOS. **Se expide la Ley Federal de Archivos.** Ciudad de México, Mx, jan. 2012. Disponível em :<
http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/lfa/LFA_orig_23ene12.pdf>. Acesso em: 30 abr.2018.

_____. LEY FEDERAL DE ARCHIVOS. **Se expide la Ley Federal de Archivos.** Ciudad de México, Mx, abr. 2018. Disponível em :<
http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFA_190118.pdf>. Acesso em: 30 abr.2018.

_____. LEY GENERAL DE TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA. **Se expide la Ley General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.** Ciudad de México, Mx, mai. 2015. Disponível em :<
<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGTAIP.pdf>>. Acesso em: 30 abr.2018.

_____. LEY GENERAL DE TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA. **Se abroga la Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental y se expide la Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública.** Ciudad de México, Mx, mai. 2016. Disponível em :<
http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5436283&fecha=09/05/2016>. Acesso em: 30 abr.2018.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 22^a ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOGARRO, M.J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista de Ciências da Educação.** São Paulo, n.1, set/dez 2006, p.71-84.

MURGUÍA, R. A. **La Ley General de Archivos de México.** 2018. Disponível em :<
<https://esaged.wordpress.com/2018/01/16/la-ley-general-de-archivos-de-mexico/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo, vol.10, p.7-28, dez/1993.

PAYNE, Hugh W.L. La Educacion y los archivos. **Revista Archivo General de La Nación Argentina.** n.9, 1986, p.113-119.

PORTAL DE TRANSPARENCIA ECONOMICA.2018. Disponível em:<
<http://www.pte.gov.co/WebsitePTE/>>. Acesso em: 15 mar.2018.

PROGRAMA DA NAÇÕES UNIDADE PARA DESENVOLVIMENTO -PNUD. **Ranking IDGH global 2014.** Disponível em :<
<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

RAMIREZ, J.C. La difusión en los archivos: importante herramienta de proyección ante la sociedade. **Revista Códice**, vol. 5, nº 2, jul /dez 2009, p.187-201.

RAMÍREZ, C.A., VILLA-FLORES, J. Los archivos y la construcción de la verdade histórica en América Latina. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas** = Anuario de Historia de América Latina. Alemanha: Böhlau Verlag, 2009, n. 46, p. 5-17. Disponível em :<
<https://pt.scribd.com/document/338443409/Aguirre-and-Villa-Flores>>. Acessado em 01 out. 2017.

ROMERO TALLAFIGO, M. Archivística Hispana y Novohispana (años 1790-1793) del Archivo General de Indias al Archivo General de Chapultepec. **Boletín de la ANABAD.**

Madrid,sn, Trimestral, 1994. p.81-107. Disponível em :<
<http://www.anabad.org/publicaciones/boletin>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ROSSEAU,J.;COUTURE,C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal:Lisboa, Dom Quixote,1998.

SANTOS,K.; BORGES,J. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA**. Florianópolis, v.24, n.49, 2014. p.311-342.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, J.A. **Arquivo Nacional: apresentação da missão, programas, projetos e atividades rumo ao futuro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Escola de Arquivologia

Ata de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

Ano e Semestre: _____

Ata de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso	
Aluno(a):	Matrícula:
Título da monografia:	
Orientador(a):	Curso:
Coorientador(a):	Curso/instituição:

Dentro do prazo estabelecido pela Escola de Arquivologia, o(a) aluno(a) apresentou aos membros da banca o seu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como resultado:

Aspectos avaliados:	Pontuação atribuída		Forma
	AV 1	AV 2	AV 3
Relevância para a área (2 pontos)			Para avaliação do uso da ABNT
Objetivos alcançados (2 pontos)			
Consistência da revisão de literatura (2 pontos)			
Compatibilidade da metodologia utilizada (2 pontos)			
Qualidade da redação/organização do texto (2 pontos)			
Uso das normas de formatação da ABNT (até 10 pontos) *			
* Conforme as normatizações, um dos avaliadores se encarregará de avaliar a formatação da monografia, no que se refere aos usos das normas da ABNT			

() Aprovação () Aprovação condicionada à modificação () Reprovação

Observações: _____ _____ _____ _____

Na forma regulamentar foi lavrada a presente Ata que é abaixo assinada pelos membros da banca na ordem acima determinada.

Rio de Janeiro, ____/____/____

Nome	Assinatura
AV 1:	
AV 2:	
AV 3:	
Recebimento pela Escola Data/identificação/carimbo	